

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

A agricultura e o trabalho informal na Guiné-Bissau: um estudo sobre as mulheres inseridas no cultivo da castanha de caju nos tempos de Covid-19

Djibril Cá
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

DJIBRIL CÁ

A agricultura e o trabalho informal na Guiné-Bissau: um estudo sobre as mulheres inseridas no cultivo da castanha de caju nos tempos de Covid-19

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Karla M. Damiano Teixeira

T

C111a
2023

Cá, Djibril, 1990-

A agricultura e o trabalho informal na Guiné-Bissau: um estudo sobre as mulheres inseridas no cultivo da castanha de caju nos tempos de COVID-19 / Djibril Cá. - Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (68 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Doméstica, 2023.

Referências bibliográficas: .

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.025>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Trabalhadoras rurais - Guiné-Bissau; 2. Caju - Guiné-Bissau; 3. COVID-19 (Doença) - Aspectos sociais; I. Teixeira, Karla Maria Damiano II. Universidade Federal de Viçosa.. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica III. Título

CDD 22. ed. 305.963

DJIBRIL CÁ

A agricultura e o trabalho informal na Guiné-Bissau: um estudo sobre as mulheres inseridas no cultivo da castanha de caju nos tempos de Covid-19

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 21 de agosto de 2023.

Assentimento:

Djibril Cá
Autor

Karla Maria Damiano Teixeira
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pelo autor em 27/06/2025 às 14:31:22 e pela orientadora em 27/06/2025 às 14:37:05. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **GBNE.H345.LL5R** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico este trabalho de pesquisa à memória da minha irmã Helena Cá, falecida em
25 de Abril do ano 2017.

À memória de Fernando Nanque, irmão, falecido em dezembro de 2013.

Igualmente, à memória do meu pai, Lamba Cá, falecido em 2009, quem me deu
asas para voar e enxergar grandes altitudes do mistério da vida.

À Francisca Dju, mãe, falecida em 26 de janeiro de 2019, amável, modesta, humilde
de coração, cuidadosa, determinada e corajosa; para ser sincero, faltam-me
palavras para te descrever a pessoa que ela é, apesar da distância, acredito que a
sua presença na minha vida é algo importantíssimo.

À Djieva Djibril Cá e Otniela Djibril Cá, filhas, Eva Nanque Cá, esposa.

A todos meus irmãos e em particular aos meus colegas estudantes estrangeiros (as)
que passaram pela mesma perda irrecuperável e pelo sofrimento indesejável
deixando os seus países de origem com intuito de estudar.

AGRADECIMENTOS

Apesar de tantas dificuldades e de tantos sofrimentos que me abalaram ao longo desta caminhada tão difícil, perante os sucessivos acontecimentos que marcaram a minha vida, cheia de lágrimas e incertezas, nunca desisti de prosseguir para realizar os meus sonhos.

Por esta ocasião, gostaria de agradecer a Deus, todo-poderoso, pela força e determinação e pelo acompanhamento que me tem dado, para que eu possa suportar o peso enorme do falecimento da minha irmã mais velha e da minha mãe. Agradeço aos meus familiares, em especial, aos meus pais, que, por meio da vontade de Deus, cuidaram de mim durante o meu crescimento humano e acadêmico. Sempre eles me ensinavam que ser humilde, respeitoso, tolerante e obediente é o melhor segredo do sucesso para a aprendizagem. Portanto, mediante este processo da educação básica dos meus pais, admito, honestamente, que sem eles seria impossível para mim aprender a vencer várias barreiras até ao ponto de saber lidar com as dificuldades da vida.

Agradeço e reconheço, no fundo do meu coração, à minha orientadora Profa. Dra. Karla Maria Damiano Teixeira, pela maneira tão sábia e encorajadora que aceitou me acolher e acompanhar durante o processo de trabalho de dissertação de pesquisa; sendo assim, confesso corajosamente com toda honra que ela merece todos os meus elogios. Ainda, agradeço-lhe pela sua disposição e sabedoria para me fazer superar e vencer obstáculos no aprendizado.

Agradeço também a todos os professores do Departamento, que, através dos seus ensinamentos, competência e inteligência, nos orientaram, a partir da qual me inspirei na escolha do tema de pesquisa.

Agradeço também à CAPES pela concessão de bolsa de permanência de estudo; e sem esta não seria fácil realizar este sonho. Agradeço ao governo da República Federativa do Brasil e à reitoria da UFV pela oportunidade e pelo apoio que me deram para que eu possa permanecer aqui no Brasil continuando os meus estudos superiores.

Ademais, agradeço colegas estudantes pela troca de experiência.

Enfim, agradeço mais uma vez à minha família pelo apoio moral contínuo ajudando no meu crescimento acadêmico, contribuindo para que eu possa servir futuramente a sociedade guineense e a sociedade em geral.

Que o senhor todo, poderoso, abençoe a todos!

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

CÁ, Djibril, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2023. **A agricultura e o trabalho informal na Guiné-Bissau: um estudo sobre as mulheres inseridas no cultivo da castanha de caju nos tempos de Covid-19.** Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira.

A castanha de caju na África, especialmente na Guiné-Bissau, desempenha um papel importante na economia nacional e na vida da maioria da população rural, principalmente considerando mulheres rurais e suas famílias. As mulheres rurais participam da cultura da castanha de caju de forma informal, buscando oportunidades e estratégias para sair da dependência econômica e financeira, contribuindo assim para a renda familiar. Assim, esse estudo investigou a importância da atividade econômica informal, mais especificamente a cultura da castanha de caju, para a sociedade guineense, bem como a percepção das mulheres sobre sua inserção nessa atividade e os efeitos da pandemia de SARS-CoV-2. Esta pesquisa, de caráter descritivo-analítica e natureza qualitativa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa. O estudo foi realizado na região de Biombo, setor de Quinhamel, secção de Bijimita em dois momentos. Inicialmente, a população foi composta por 13 mulheres trabalhadoras informais, residentes nas áreas rurais e que trabalhavam na colheita ou extração da castanha de caju, sendo a amostra composta por cinco mulheres. Em um segundo momento, foram entrevistados dois representantes dos governos regionais e central, incluindo o secretário do Comitê de Estado de Quinhamel e um funcionário da Agência Nacional de Caju da Guiné-Bissau (representante do governo) por terem conhecimento sobre o processo de cultivo, colheita e comercialização da castanha de caju, além da realidade dos produtores rurais da região. Os resultados indicam que a economia da castanha de caju desempenha um papel fundamental na Guiné-Bissau, especialmente para a população rural, principalmente mulheres, que buscam na atividade informal uma oportunidade de sair da dependência econômica. No entanto, a informalidade também apresenta desafios, e é necessário que os governos trabalhem para melhorar as condições de trabalho dessa classe desfavorecida, intervindo no setor primário não apenas com foco econômico, mas também no bem-estar social, o que teria reflexos positivos no PIB nacional. A falta de participação dos pequenos produtores rurais na definição dos preços agrícolas e a imposição unilateral e autoritária do Estado no estabelecimento dos preços contribuem para a fragilidade financeira desses produtores, especialmente as mulheres

rurais. o Estado deve atuar de maneira mais efetiva para garantir seus direitos, melhorar suas condições de trabalho e promover um ambiente econômico mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Covid-19; trabalhadores rurais; castanha de caju

ABSTRACT

CÁ, Djibril, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2023. **Agriculture and informal labor in Guinea-Bissau: a study on women involved in cashew nut cultivation during the times of Covid-19.** Adviser: Karla Maria Damiano Teixeira.

The cashew nut economy in Africa, especially in Guinea-Bissau, plays a significant role in the national economy and the lives of the majority of the rural population, particularly rural women and their families. Rural women participate in cashew nut cultivation informally, seeking opportunities and strategies to break free from economic and financial dependence, thereby contributing to the family income. Therefore, this study investigated the importance of informal economic activity, specifically cashew nut cultivation, for Guinean society, as well as women's perception of their involvement in this activity and the effects of the SARS-CoV-2 pandemic. This research, which is descriptive-analytical and qualitative in nature, was approved by the Ethics Committee on Human Research at the Federal University of Viçosa. The study was conducted in the Biombo region, Quinhamel sector, Bijimita section, at two different times. Initially, the population consisted of 13 informal female workers residing in rural areas, engaged in cashew nut harvesting or extraction, with a sample size of five women. In a second phase, two representatives from the regional and central governments were interviewed, including the Secretary of the Quinhamel State Committee and an official from the National Cashew Agency of Guinea-Bissau (government representative) due to their knowledge of the cultivation, harvesting, and marketing process of cashew nuts, as well as the reality of rural producers in the region. The results indicate that the cashew nut economy plays a crucial role in Guinea-Bissau, especially for the rural population, particularly women, who see informal activities as an opportunity to break free from economic dependence. However, informality also presents challenges, and it is necessary for governments to work towards improving the working conditions of this disadvantaged class, intervening in the primary sector not only with an economic focus but also with a social well-being approach, which would have positive effects on the national GDP. The lack of participation of small rural producers in defining agricultural prices and the unilateral and authoritative imposition of prices by the state contribute to the financial vulnerability of these producers, especially rural women. The state must act more effectively to guarantee their rights, improve their working conditions, and promote a more just and inclusive economic environment.

Keywords: Guiné-Bissau; Covid-19; rural workers; cashew nut

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. O problema e sua importância	13
2. REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 Mulheres e sua inserção na agricultura de subsistência na África Subsaariana	17
2.2 O trabalho informal e sua importância para as sociedades africanas	23
2.3 Desafios da inserção feminina na cultura da castanha de caju na África Subsaariana e a pandemia de Covid-19	26
3. METODOLOGIA	29
3.1 Local de Estudo	29
3.1.1. Caracterização Socioeconômica e Cultural de Bijimita	30
3.2 População e amostra	34
3.3 Forma de coleta e análise dos dados	35
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1. A importância da cultura da castanha de caju para a Guiné-Bissau	38
4.2. A percepção das mulheres sobre o papel da castanha de caju para sua vida pessoal e familiar	44
4.3. A percepção das trabalhadoras sobre os efeitos da pandemia e das medidas preventivas adotadas pelo governo na atividade da castanha de caju e em sua rotina de trabalho	54
5. CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista sobre a característica geral dos trabalhadores rurais da castanha de caju da região de Biombo	64
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista sobre os efeitos do estado de emergência	67
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com as autoridades estatais	68

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau, assim como outros países da África, enfrenta diversas dificuldades que interferem em sua estabilidade política e socioeconômica. Uma das dificuldades está relacionada ao elevado número de trabalhadores inseridos na economia informal, o que leva à vulnerabilidade social e econômica.

O país tornou-se independente de Portugal em 1973. Em termos políticos, a Guiné-Bissau adotou o multipartidarismo desde 1994, sendo este ano considerado o marco do início da organização nacional das eleições presidenciais. O Partido Libertador do Estado Guineense, também conhecido como Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), foi reconhecido como o vencedor das eleições gerais com maioria absoluta dos votos válidos. Essa eleição foi realizada em um contexto de instituição da nova ordem jurídico-constitucional, por meio da alteração da constituição da República da Guiné-Bissau, ocorrida entre 1991 e 1993, estabelecendo os fundamentos do Estado de Direito e da Democracia Participativa (Amado, 2005). No entanto, as mudanças políticas frequentes têm dificultado a criação de condições propícias para a implementação de políticas públicas desejáveis na Guiné-Bissau (DENARP, 2011). Muitas vezes, as políticas que poderiam ser eficazes para produzir efeitos positivos no desenvolvimento do país não são aceitas, são mal implementadas ou não alcançam os resultados desejados e necessários (Banco Mundial, 2017).

Em 2020, a Guiné-Bissau foi classificada como um dos países mais pobres do mundo, com cerca de 67% de sua população vivendo em situação de pobreza e 33% em situação de pobreza extrema. Além disso, há uma grande desigualdade social, e a taxa de desemprego era de 11,6%, o que tornou o trabalho informal um problema estrutural grave (Caetano *et al.*, 2020). Essa situação ocorre mesmo sendo a Guiné Bissau um dos poucos países produtores de castanha de caju no mundo, ocupando o quarto lugar, atrás apenas de Benin, Brasil e Costa do Marfim (Maliszewski, 2020).

A Guiné-Bissau caracteriza-se por apresentar baixo investimento em infraestruturas básicas e importantes para seu crescimento, como nos setores vitais,

infraestrutura e atividades econômicas fundamentais para a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida de sua população (DJAU, 2019). O país enfrenta uma instabilidade política e governativa cíclica, o que tem levado à substituição das florestas pela monocultura do caju (Campreendon, Henriques, De Barros, 2020). A produção agrícola é, portanto, o principal meio de alcançar a transformação econômica da Guiné-Bissau, considerando principalmente suas terras férteis, chuvas e rica biodiversidade (DENARP, 2011), sendo que 75% da força de trabalho guineense e 50% do Produto Interno Bruto (PIB) advém principalmente da cultura da castanha de caju (ADPP, 2019). A agricultura é, assim, a principal atividade de sustento econômico das famílias nas sociedades africanas (Giddens, 2012), particularmente da mulher e de sua família (Sanyang; Kuyateh, 2018).

A população urbana do país corresponde a cerca de 39% do total, enquanto a maioria vive em áreas rurais (61%). As áreas urbanas da Guiné-Bissau são geralmente concentradas em torno das principais cidades e centros urbanos do país, como a capital Bissau e outras cidades maiores, incluindo Gabu, Bafatá e Bolama. Essas áreas tendem a possuir uma infraestrutura relativamente mais desenvolvida, com acesso a serviços básicos, como eletricidade, água encanada, hospitais, escolas e outras facilidades. Também é comum encontrar uma maior diversidade de atividades econômicas nas áreas urbanas, com comércio, indústria e serviços sendo mais predominantes. Por outro lado, as áreas rurais são amplamente dominadas por comunidades agrícolas, onde a subsistência e a agricultura de pequena escala desempenham um papel crucial na sustentação das comunidades. A agricultura de subsistência é uma atividade comum, com as pessoas cultivando alimentos básicos, como arroz, milho, mandioca e legumes, para atender às suas necessidades diárias. As áreas rurais também podem enfrentar desafios em termos de acesso a serviços básicos e infraestrutura, como eletricidade e água potável. Além disso, a educação e os serviços de saúde nessas áreas podem ser limitados em comparação com as áreas urbanas.

A Guiné-Bissau enfrentava uma tensão política quando a pandemia da SARS-Cov-2 chegou ao país, iniciada após a escolha do novo presidente no mês de dezembro de 2019 (Santos, 2021). O fato de a economia guineense ser baseada na informalidade fez com que os trabalhadores informais sofressem os impactos imediatos da pandemia de Covid-19 (Santos, 2021). Esses efeitos afetam não

apenas as estruturas sociais, causando perda de vidas humanas, mas também têm um efeito negativo nas atividades do setor informal. Especialistas preveem que a África sofrerá uma grave crise econômica devido à sua grande dependência do comércio exterior, afetando especialmente suas estruturas macroeconômicas e socioculturais por não possuírem maleabilidade para lidar com os efeitos da pandemia (Narajo, 2020). Estima-se que a pobreza extrema possa ser um problema nas sociedades africanas até 2030. (Banco Mundial, 2017).

A adoção das medidas sanitárias para combater a pandemia, embora positivas para salvaguardar os interesses superiores da saúde pública e da vida humana, causou graves prejuízos à atividade informal devido à complexidade cultural e socioeconômica da Guiné-Bissau. Nesse sentido, as medidas adotadas perpetuaram a situação de caos social já existente, o que, de acordo com Santos (2021), deveria ter sido evitado, principalmente para impedir o avanço da pobreza, que está aumentando devido às medidas adotadas para conter o avanço da Covid-19.

1.1. O problema e sua importância

As mulheres representam 60% dos trabalhadores agrícolas, principalmente na África Ocidental, África Setentrional, Ásia Oriental e Oriente Médio. Nos países em desenvolvimento, a agricultura continua a desempenhar função central na geração de empregos, sendo que a maioria da população nessas regiões depende da atividade agrícola para sobrevivência (Giddens, 2012). Grassi (2013), *apud* Silva (2020), afirma que a informalidade no continente africano contribui com cerca de 80% do emprego, o que reflete positivamente no PIB, uma vez que a maioria dos países na África depende dessa atividade informal para movimentar a economia (Silva, 2020). Na realidade, a atividade informal sustenta “uma grande massa de trabalhadores não qualificados, funcionando como uma alternativa em termos de segurança social nos momentos da crise financeira” (Silva, 2020, p.114). Especificamente, na África Subsaariana, da qual a Guiné-Bissau faz parte, 92% das mulheres estão inseridas em atividades informais, e apenas 5% estão no trabalho formal (Silva, 2020).

Como resultado desse quadro, as mulheres se encontram em condições vulneráveis devido à falta de uma política econômica eficiente (Candamio, Calvo, Novo-Corti, 2018), sendo a Guiné-Bissau considerada um dos países mais vulneráveis no planeta nesse aspecto. Em Bijimita, a situação não é diferente, sendo uma região carente em termos de investimento público.

A Organização das Nações Unidas para a Guiné-Bissau (UNIOGBIS, 2020) afirma que o país ocupa o segundo lugar na África entre aqueles que fazem parte da Aliança Africana da produção do caju. O caju tornou-se, assim, a cultura mais importante para a população guineense devido à degradação das bolanhas, o que fez com que a cultura do arroz fosse substituída e o caju passasse a dominar a produção nacional por ser considerada uma cultura perene (UNIOGBIS, 2020). Portanto, a maioria da população camponesa depende da receita da castanha de caju para cobrir as despesas familiares. É nesse sentido que se reconhece o impacto da produção de castanha de caju na economia nacional e na vida das famílias residentes na zona rural.

São as mulheres guineenses que se inserem nos setores econômicos de menor produtividade, principalmente na produção alimentar e nas atividades comerciais de menor escala (Gomes, 2006). Na agricultura de subsistência, existem cerca de 34.388 produtores rurais, sendo que 25.431 são mulheres (73,95%) (Nações Unidas, 2020). As condições de vida das mulheres guineenses são precárias, sendo necessária uma assistência urgente que vise contribuir para seu empoderamento efetivo, permitindo o crescimento económico e o bem-estar económico e social das mulheres e de suas famílias, com reflexos na sociedade guineense como um todo (GOMES, 2006).

Em conformidade com os dados teóricos, na prática as mulheres guineenses são as mais afetadas em termos do desfavorecimento estatal, principalmente quando se trata da oportunidade de emprego de qualidade. Assim, incluir mulheres na cadeia de produção de valor é uma vantagem para a economia nacional e para a sociedade em geral:

Trabalhar com as meninas e as mulheres é investimento no desenvolvimento sustentável do país; são elas a maior parte da população guineense que é também quem mais sofre. Ter mulheres nos postos de decisão política e social e nos diálogos de gênero, mais igualdade e equidade entre as pessoas, maior responsabilidade social coletiva (P&D Factor, 2020, s/p).

As segregações ocupacionais verticalizadas, fundamentais no conservadorismo, fazem com que as mulheres continuem exercendo papéis rotineiros e precariamente remunerados, com autoridade limitada e pouco reconhecimento, enquanto os homens gozam de um *status quo* (Giddens, 2012).

Segundo Caetano *et al.* (2020), desde cedo que a população residente na zona rural da Guiné-Bissau depende do trabalho agrícola, embora tenha sido sempre prejudicada devido à fraca e ineficiente presença do Estado. Durante a crise sanitária, o setor da castanha de caju sofreu prejuízos e, conseqüentemente, a população residente na zona rural, havendo uma redução do preço da castanha de caju no mercado mundial, que teve uma queda de 63% (Boletim ICB, 2020). Diante deste cenário de saúde pública, o setor do caju entrou em colapso, e o governo não tomou medidas de amparo e contingência para mitigar as condições de vulnerabilidade dos trabalhadores rurais, principalmente das mulheres.

Segundo a diretora-nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental para a Guiné Bissau (BCEAO), Helena Nosolini Embaló, "no conjunto das oito economias da sub-região, na Guiné Bissau o choque decorrente da Covid-19 poderá ser muito mais profundo porque a nossa economia tem suas especificidades ou, se quisermos ser mais precisos, as suas debilidades que a tornam muito vulnerável". Completou, ainda, que "As restrições no comércio internacional terão um forte impacto e vão afetar um grande número de famílias, sobretudo as que vivem abaixo do limiar da pobreza" (Boletim ICB, 2020).

Portanto, surge, a seguinte questão de pesquisa: Como as mulheres inseridas no processo de produção e comercialização da castanha de caju percebem a importância dessa atividade econômica informal para sua vida? As medidas impostas para a prevenção da Covid-19 impactaram a produção agrícola da castanha de caju na Guiné-Bissau? As respostas a essas perguntas contribuirão para a compreensão do problema e para a proposição de políticas públicas que garantam os direitos das trabalhadoras no processo de colheita e processamento da castanha de caju, melhorando sua qualidade de vida pessoal e familiar, suas condições de trabalho e garantias de direitos. Isso porque a condição e a qualidade de vida das mulheres guineenses continuam precárias, exigindo assistência que vise contribuir para seu empoderamento efetivo, permitindo seu crescimento econômico e bem-estar econômico e social, com reflexos na sociedade guineense como um todo (Gomes, 2006). Portanto, essa pesquisa contribuirá para o campo de estudo

referente às estratégias de reprodução social adotadas pelas mulheres na atividade informal na sociedade africana, principalmente na Guiné-Bissau.

Foi a partir da situação socioeconômica das mulheres inseridas na cultura da castanha de caju e da importância da reprodução social feminina que se pretendeu investigar a importância da atividade econômica informal, mais particularmente, da cultura da castanha de caju para a sociedade guineense, bem como a percepção das mulheres sobre sua inserção nesta atividade e os efeitos da pandemia de SARS-Cov-2. Especificamente, os objetivos foram: analisar, de acordo com a percepção dos representantes do governo, a importância da cultura da castanha de caju para a sociedade guineense; analisar a percepção das mulheres sobre o papel da cultura da castanha de caju para sua vida pessoal e familiar; e, analisar os efeitos da pandemia e das medidas preventivas adotadas pelo governo na atividade da castanha de caju e na rotina de trabalho das mulheres.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura está estruturada em três tópicos, a saber: Mulheres e sua inserção na agricultura de subsistência na África Subsaariana; o trabalho informal e sua importância para as sociedades africanas; e, desafios da inserção feminina na cultura da castanha de caju na África Subsaariana (Guiné-Bissau) e a pandemia de Covid-19.

2.1 Mulheres e sua inserção na agricultura de subsistência na África Subsaariana

A África Subsaariana vive em instabilidade política constante, situação que tem impactado o desenvolvimento socioeconômico, inclusive na agricultura de subsistência. Segundo Cloutier *et al.* (2021), mais de 50% dos conflitos no planeta acontecem na África, causando efeitos irreparáveis na insegurança política, econômica e social. Contudo, percebe-se que a instabilidade política da África Subsaariana está atrelada à disputa geopolítica de forças estrangeiras e, de acordo com os dados, três golpes militares ocorreram entre 2021 e 2022 na região, nos casos do Mali, Guiné-Conacri e Burkina Faso (Lopes, 2022). O coronavírus teve impactos negativos na produção agrícola, e esses efeitos não serão passageiros.

Do ponto de vista macroeconômico, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação avalia que cerca de 239 milhões de indivíduos sofrem com desnutrição, e a produção agrícola está sujeita a contrair entre 2,6% e 7%. A importação e exportação de alimentos também sofreram fracassos em grande quantidade, com queda de até 25% ou apenas 13%, devido ao aumento acelerado dos custos de transação que interferiram na dinâmica do mercado interno devido aos efeitos da Covid-19 (FAO, 2021).

Quanto aos efeitos secundários, a Covid-19 provocou danos severos e prejuízos incalculáveis na população de baixa renda que vive em situação vulnerável, afetando a taxa de crescimento econômico, a propagação do nível de pobreza, os conflitos armados, a segregação social, a insegurança sistemática nas

instituições e a prestação de serviços de qualidade, entre outros desafios. Em comparação com outras regiões da África, a África Subsaariana tem acesso à energia de apenas 37%, apenas 5% das terras agrícolas são irrigadas, a alfabetização de adultos está em 58% e participa apenas com 3% dos investimentos no mercado internacional (Cloutier *et al.*, 2021). Nessa região, há poucos sinais de investimentos nos setores públicos (bens e serviços), e a instabilidade democrática continua afetando a estabilidade econômica e a capacidade estatal de fornecer respostas positivas, enquanto as mudanças estruturais ocorrem lentamente, e a agricultura serve de alternativa para trabalhadores informais precários e de baixa produtividade (Cloutier *et al.*, 2021).

Pierre e Mizuguchi (2021), em seu livro "Agricultura Familiar", afirma que a agricultura pode ser uma prática de exploração da terra para a sobrevivência humana, incluindo a preservação do mato, criação de animais e produção de alimentos. O autor destaca a importância da agricultura familiar na vida das famílias rurais e na economia do país, como é o caso da cidade de Petite Rivière de Bayonnais, no Haiti. Por sua vez, a agricultura familiar é considerada como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (Pierre, Mizuguchi, 2021, p. 14). Ou seja, a agricultura familiar também pode ser considerada como meio de subsistência para a população rural e/ou como a unidade de produção econômica familiar.

O trabalho rural ganhou a denominação institucional a partir da sua criação pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi ratificada no tratado nº 141 dos agricultores rurais na década de 1975 (Bongestabs, 2018). Nesse ínterim, tem-se a classificação de trabalhador rural como sendo todos os indivíduos que se dedicam às práticas agrícolas, artesanais ou compatíveis em zonas rurais, quer como assalariados ou quer como trabalhadores por conta própria (Bongestabs, 2018).

O conceito de trabalhador rural traduz um espírito coletivo de forma mais ampla, referindo-se a todos aqueles que exercem agricultura no campo, sem exceção de classe ou gênero. O trabalho rural também era considerado prática doméstica na qual participavam membros da família para cultivar a lavoura da terra e/ou trocar produtos para a sobrevivência humana e manutenção da sociedade

(Giddens, 2012). Os homens desde sempre utilizavam o trabalho rural como mecanismos de subsistência e de convivência social, constituindo assim um intercâmbio de vínculo entre machos e fêmeas. Apesar de as mulheres constituírem uma população majoritária na zona rural, mesmo assim, as desigualdades em termos de gênero prevalecem nas áreas rurais, dificultando assim a subsistência, o bem-estar e a resiliência das raparigas e das mulheres rurais. Isso justifica a necessidade de uma ação coletiva no sentido de garantir e a efetivação dos direitos das mulheres rurais, a uma condição de vida digna adequada, a uma vida isenta de quaisquer formas de violência, à segurança alimentar, educação e saúde. É importante trabalhar de forma unida e comprometida para garantir direitos humanos das meninas e mulheres trabalhadoras rurais com a finalidade de diminuir múltiplas discriminações e diferenças que ocorrem no campo do trabalho agrícola (Commission on the Status of Women, 2018).

Mulheres trabalhadoras rurais desempenham papel importante na economia, pois desde sempre as mulheres camponesas participam ativamente no campo juntamente com os homens. Contudo, na realidade africana, a inserção das mulheres na economia agrícola de subsistência reporta vários desafios que ainda interferem negativamente na vida da classe trabalhadora e da sua família (Mihyo *et al.*, 2019), sendo a jornada de trabalho um dos desafios que impactam a atividade agrícola feminina, uma vez que se pauta no ciclo natural e nos sinais dos animais domésticos, como por exemplo a movimentação das vacas e o nascer e pôr do sol. As mulheres são as que mais trabalham no campo e ainda cumprem com a função doméstica para a manutenção e o sustento familiar, mas ainda têm poucos direitos econômicos em relação aos outros grupos sociais (Mihyo *et al.*, 2019). Em consonância com este autor, existem algumas restrições relacionadas aos direitos costumeiros na tradição cultural africana, na qual a propriedade familiar pertence aos filhos masculinos, sobretudo ao primeiro filho do pai e/ou segundo marido de djorson (linhagem) do marido. Se o marido morre, um parente do sexo masculino pode entrar e tomar as terras da viúva (Silva, 2021). Os aspectos culturais e religiosos também exercem um poder coercitivo sobre as mulheres no mundo do trabalho, sobretudo na agricultura em áreas rurais. Portanto, os valores tradicionais, a divisão de tarefas domésticas, a poligamia e o patriarcalismo socialmente reconhecido minam as conquistas sociais das mulheres na agricultura na África Subsaariana (Mihyo *et al.*, 2019).

Entretanto, se na África os aspectos culturais dificultam a inserção feminina no trabalho agrícola, é importante lembrar que na Europa Ocidental, sobretudo no período medieval, muitas mulheres foram impedidas compulsoriamente de se inserir no mercado de trabalho competitivo.

Dados estatísticos demonstram que as mulheres que exercem atividade agrícola não rentável representam 54,3% contra 45,7% dos homens. Contudo, ainda enfrentam várias dificuldades no trabalho rural, principalmente devido ao pouco investimento público/privado em infraestruturas, às barreiras financeiras e à oscilação climática (Jaka; Shava, 2018).

No entanto, 70% das mulheres na agricultura são classificadas como pobres devido à falta de autonomia econômica (Ali *et al.*, 2020) e 68,4% dependem geralmente do amparo dos maridos para sobreviver (Giro *et al.*, 2018). Portanto, os desafios são enormes quanto à participação das mulheres na agricultura contemporânea, pois as condições sociais e econômicas das agricultoras femininas em áreas rurais, incluindo seu agregado familiar, fazem com que esse grupo se torne mais vulnerável social e economicamente.

A desigualdade intrafamiliar e a tradição obrigam várias mulheres a se dedicarem aos trabalhos agrícolas para cumprirem funções domésticas, enquanto os homens avançam na agricultura para acumulação de lucro. Os papéis domésticos (lavoura, educação dos filhos) são um dos motivos que impõem obstáculos no desempenho das atividades rurais femininas (Candamio, Calvo, Novo-Corti, 2018). Na realidade, no que concerne à mão-de-obra e à contribuição no campo agrícola,

As mulheres são a espinha dorsal da agricultura na África, assim como estão na maior parte do mundo. Elas plantam as sementes, cultivam os campos, colhem as safras, trazem para o mercado e preparam as refeições para suas famílias. Então, para ter sucesso neste trabalho, devemos trabalhar com mulheres. E então, precisamos de uma boa colaboração para garantir que as mulheres sejam parceiras iguais aos homens agricultores durante todo o processo... para capacitar... agricultores que são mulheres a fazer uma contribuição que vai transformar a agricultura, somar ao produto interno bruto de seu país, dar-lhes mais renda para educar seus filhos para terem uma vida melhor (Secretária de Estado Hillary Clinton, 2009).

Estas dificuldades e limitações, somadas à falta de conhecimento das mulheres na agricultura moderna não lucrativa, são uma preocupação indiscutível

(Ali, Essossinam *et al.*, 2020). Como é o caso de Moçambique, existem alguns fatores que afetam a vida do pequeno agricultor rural, como a dificuldade de adaptação aos instrumentos modernos e o custo para manutenção destes, a miséria, a introdução de novas práticas na agricultura rural e a falta de participação na elaboração de planos no setor agrícola (Marassiro *et al.*, 2021). A introdução da tecnologia moderna na agricultura tradicional afeta os pequenos agricultores, porque a prática moderna não se coaduna com as adversidades rurais, o que significa que a valorização e o investimento com base na cultura tradicional podem ser úteis para os agricultores rurais (Marassiro *et al.*, 2021). Excluir as mulheres do trabalho formal de rendimento na agricultura de subsistência na África significa promover obstáculos estruturais e sistêmicos que dificultam o crescimento econômico e a redução da pobreza. Sabe-se que as mulheres na agricultura têm menor poder de negociação do que os homens, estando concentradas na execução de atividades menos lucrativas, com menores oportunidades de expansão de seus negócios ou carreiras, contribuindo, assim, para o aumento das desigualdades sociais e econômicas entre homens e mulheres (Mihyo *et al.*, 2019).

No caso da Guiné-Bissau, a agricultura de subsistência é realizada majoritariamente pelas mulheres, sendo uma prática sustentável na sociedade guineense. As mulheres respeitam o calendário de estação anual e contribuem para a conservação do meio ambiente (Barros, 2006).

Grande parte da produção de alimentos é resultado da mão de obra dos pequenos agricultores rurais. Apesar disso, percebe-se dificuldades em termos de posse das terras para aumentar a produtividade agrícola. Se forem criadas condições para que as mulheres obtenham os meios de produção, o país poderá superar significativamente a pobreza e a insegurança alimentar (Silva, 2021). Cerca de 75% das trabalhadoras rurais são mulheres, mas trabalham em condições precárias e insustentáveis, sem direito à terra e com falta de soberania alimentar. As mulheres trabalhadoras rurais estão cada vez mais sujeitas à vulnerabilidade econômica devido à desigualdade socioeconômica decorrente da segregação estrutural. A situação de trabalho das mulheres rurais na Guiné-Bissau é muito difícil. A maioria delas trabalha na agricultura apenas para sustento familiar, a fim de minimizar os efeitos da pobreza e da insegurança alimentar. Além disso, reduzem sua dependência econômica, conforme a tradição da cultura local, as mulheres não têm direito à herança de propriedade em caso de falecimento de seus maridos ou

pais. Os costumes sexistas persistem: maridos, pais ou chefes de família/aldeia normalmente os maridos, pais ou chefes de família/aldeia possuem a terra em que as mulheres produzem, e as instituições legais continuam mal preparadas para proteger os direitos cívicos das mulheres (Silva, 2021).

As mulheres na Guiné-Bissau trabalham na agricultura de subsistência sem direito à terra. Elas praticam a agricultura por meio do arrendamento de terras para sustento familiar. Às vezes, a locação da terra depende bastante da condição financeira de cada um para conseguir um espaço mais ou menos adequado para satisfazer suas necessidades. Essa situação normalmente ocorre após o término da colheita de arroz, no encerramento da chuva (Silva, 2021).

Em 2019, cerca de 350 mulheres que trabalhavam na agricultura de subsistência na Granja de Pessubé o faziam apenas para fins alimentares, porque o espaço para cultivo é limitado e não permite a produção de quantidade suficiente de alimentos para revender nos mercados locais e obter mais renda para resolver outras necessidades. Muitas dessas trabalhadoras rurais, com idade um pouco mais avançada, têm grande dificuldade de mobilizar fundos financeiros junto às agências credoras, devido à falta de meios para justificar o crédito (Silva, 2021). As trabalhadoras rurais carecem de apoio para seu empoderamento econômico e autonomia financeira, uma vez que sua mão-de-obra não apenas gera renda familiar, mas também abastece as cantinas escolares do país. Cerca de 79.128 crianças em idade escolar, em 274 escolas, são beneficiárias da produção do trabalho da associação dos pequenos agricultores, composta em sua grande maioria por mulheres que cultivam tubérculos e feijão, produzindo alimentos frescos e nutritivos (Andrade, 2019). Esse programa beneficiou um total de 183.823 pessoas, sendo 47% homens e 53% mulheres, como resultado do problema da inundação, sob a iniciativa do PAM em colaboração com o governo da Guiné-Bissau, com o apoio financeiro do Fundo de Consolidação da Paz da ONU. O programa busca promover o empoderamento das mulheres rurais, alfabetização, nutrição, competências na cadeia de valor e transferência de conhecimento (Andrade, 2019).

Apesar disso, as mulheres rurais continuam economicamente impotentes. Seu rendimento é fortemente fiscalizado pelos homens, com pouca autoridade e controle sobre os bens produzidos. Na maioria dos casos, o trabalho depende do consentimento de seus maridos, e sua renda é investida no trabalho dos maridos (Silva, 2021).

2.2 O trabalho informal e sua importância para as sociedades africanas

É preciso ter em mente que o coronavírus multiplicou o desemprego daqueles que se dedicavam há muito tempo a trabalhos de péssimas condições e desumanos, inseguros para a subsistência familiar. Em um cenário em que grupos de trabalhadores que dependem muito da rua e de mercados informais, como vendedores ambulantes, por exemplo, mergulharam na falência durante a pandemia da COVID-19 e ficaram com pouca capacidade de negociação econômica, milhões dessas pessoas ficarão sem receita, tornando-se "vítimas privilegiadas do novo coronavírus" (Santos, 2021, p.107).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que, em abril de 2020, cerca de 1,6 bilhão de trabalhadores que têm a economia informal como única fonte de renda representam 62% dos trabalhadores em nível global. A informalidade corresponde a 90% do emprego geral nos países considerados mais pobres, 67% nos países de renda média e 18% nos países de alta renda (Santos, 2021). O mercado informal é uma das principais fontes de geração de emprego na África para a maioria da população excluída do setor formal, onde os contratos sociais, ou seja, a relação Estado-cidadão, são quase inexistentes.

Ao analisar a relação de produção econômica no mercado, Giddens (2012) percebe que as atividades frequentemente consideradas trabalho informal não são contabilizadas diretamente nas economias nacionais. Por sua vez, a maior parte da produção não formalizada proveniente dos países em desenvolvimento, ou seja, a produção de "baixo custo", é lucrativamente aproveitada (importada/exportada) pelo mercado formal dos países centrais (economias industrializadas/ricas), a um valor lucrativo (Giddens, 2012). O trabalho informal desempenha um papel de extrema importância nas sociedades africanas, contribuindo regularmente na vida de muitas pessoas, principalmente jovens e mulheres que moram nas áreas urbanas ou rurais (De Barros, 2018).

O aumento do trabalho informal na África Subsaariana ocorreu em decorrência da queda do valor da moeda franco CFA em 1994. A crise monetária resultante desse período levou várias empresas a tomar medidas econômicas para

incentivar atividades informais nessa região (Farè, 2007 apud De Barros, 2018). Por exemplo, na Nigéria, a economia informal é um mercado muito importante para a maioria da população nigeriana. Através dessa economia, a maior parte dos habitantes nigerianos consegue se sustentar e manter o sustento familiar, além de resolver seus problemas, trabalhando como vendedores ambulantes, motoristas de van, cambistas ou feirantes (Giddens, 2012).

Apesar das vantagens que a economia informal trouxe para a sociedade nigeriana, infelizmente, o ganho oriundo da produção, ora denominado como "mercado negro", não entra na contabilidade dos cofres do tesouro público e no PIB nacional daquele país (Giddens, 2012). Essa realidade não representa apenas a desvalorização da importância econômica do trabalho informal nessa região, mas também a falta de uma visão política por parte das autoridades nacionais e da elite econômica. A pouca concepção sobre a diversificação da economia nacional contribui para a manutenção do desemprego e da pobreza, aumentando a dependência econômica e a desigualdade social, uma vez que as políticas públicas não são uma preocupação dos governantes. O reconhecimento do trabalho informal na África pode servir de oportunidades para o crescimento econômico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional, contribuindo para a diminuição do desemprego, da desigualdade e fortalecendo a segurança socioeconômica das pessoas inseridas nessa atividade. Portanto, é preciso apostar na transformação estrutural e socioeconômica nas sociedades africanas para o bem-estar social das comunidades vulneráveis.

Na Guiné-Bissau, os impactos da COVID-19 aumentaram a vulnerabilidade socioeconômica das mulheres que trabalham na informalidade. Várias mulheres que dependem de renda diária sofreram consequências diretas da pandemia devido às medidas sanitárias impostas pelas autoridades, que limitaram a circulação de pessoas nos mercados nacionais, onde a maioria delas trabalha para sustentar suas famílias, pagar as despesas educacionais e de saúde dos filhos (Silva, 2021). Essas medidas reduziram o poder de compra e, conseqüentemente, aquelas que dependem de renda diária passaram a sofrer com a fome, uma vez que as restrições causaram danos às colheitas devido à falta de circulação de dinheiro e investimento, impossibilitando meios de subsistência. Em uma região em que cerca de 8 em cada 10 pessoas trabalham no emprego informal com renda precária, muitas vezes

apenas para sobreviver, "os meios de subsistência de milhões de famílias e seu capital humano estão em risco" (Cloutier *et al.*, 2021, p.82).

Desde a instabilidade política que resultou em conflito armado em 1998 e no golpe militar de 12 de abril de 2012, é notória a presença das mulheres guineenses no mercado informal, exercendo diferentes atividades fora de casa. Isso se deve à falta de investimento público associada à fragilidade institucional causada pela sucessiva desgovernança política. O desempenho e o reconhecimento das atividades comerciais e econômicas realizadas pelas mulheres na Guiné-Bissau têm ganhado notoriedade nacional e chamado a atenção de organismos internacionais, embora recebam pouca atenção por parte do Estado (Cardoso, 2020). Todavia, há uma inversão da lógica na economia em relação à intervenção estatal na realidade guineense, pois a fragilidade do Estado não permite regular as questões trabalhistas.

Certamente, a visão sobre a economia de livre iniciativa fortaleceu-se em boa parte graças às mudanças no entendimento das políticas de desenvolvimento econômico a partir dos anos 1980, direcionadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, os quais cooperaram de forma decisiva na reestruturação de macroprojetos nacionais que demandam maior necessidade de planejamento, investimento e empréstimos. Para facilitar os pequenos negócios no âmbito nacional, inicialmente, as organizações destacadas traçaram um modelo centralizado nas pequenas atividades, visto como motor do desenvolvimento nacional da Guiné-Bissau (Gomes, 2006). Não obstante, as políticas econômicas das agências de financiamento visavam fortalecer a economia privada do mercado, e tal estratégia contribuiu para a redução da dependência daqueles desprovidos da proteção estatal, uma vez que a política social de iniciativa pública era inexistente na Guiné-Bissau.

Como é de conhecimento da grande maioria da população, a Guiné-Bissau, durante muito tempo, vem enfrentando desafios em diferentes setores-chave do país devido à fragilidade econômica decorrente da falta de investimento público. Isso contribui para o aumento da aderência da população ao trabalho informal, resultando em menor rendimento econômico para resolver problemas de fome e pobreza, principalmente entre mulheres vulneráveis. Essa estratégia da população é uma forma de buscar oportunidades de inserção na cadeia de valor e ascensão social. Portanto, é claro que o conservadorismo vigente contribui para a manutenção dos papéis de gênero, influenciando a condição de vida da classe trabalhadora. Essa

questão social destacou a necessidade das autoridades expandirem as oportunidades de emprego por meio de políticas sociais que possam garantir o sustento da classe economicamente frágil vinculada à tipologia dos trabalhos informais com direitos e segurança trabalhista.

2.3 Desafios da inserção feminina na cultura da castanha de caju na África Subsaariana e a pandemia de Covid-19

Em 2018, a África gastou US\$35,8 bilhões no serviço social de pagamento de dívidas externas, o que corresponde a 2,1% do PIB da África Subsaariana. Estima-se que o coronavírus possa causar uma perda entre US\$ 37 bilhões e US\$ 79 bilhões em produção para a África Subsaariana até 2020 (Zeufack, 2020 apud Cloutier *et al.*, 2021).

Segundo Sanyang e Kuyateh (2018), as mulheres rurais na África Subsaariana enfrentam vários desafios no trabalho com a castanha de caju, como furto, instabilidade do preço do produto, falta de apoio governamental (legislação trabalhista, fiscalização), queimadas florestais, parasitas e a introdução deliberada de rebanhos na horta, afetando o trabalho das mulheres durante o período da colheita de castanha de caju. Como mencionado anteriormente, as condições de trabalho na classe trabalhadora rural são precárias e ruins, muitas vezes devido ao distanciamento do poder público ou à falta de uma política pública estável para a estabilização econômica e segurança social nas áreas rurais. As contribuições das mulheres na agricultura da castanha de caju nas áreas rurais são muito importantes, dedicando-se à safra de castanhas para suprir as necessidades de subsistência e reduzir a vulnerabilidade tanto delas como de seus familiares (Sanyang; Kuyateh, 2018).

A economia da Guiné-Bissau é um pouco diversificada, mas depende muito de um único produto, a castanha de caju, que representa mais de 95% das exportações e, em média, 17% das receitas do Estado. No entanto, o setor agrícola ainda é marcado por baixa produtividade estrutural (DE BARROS, 2018). A Guiné-Bissau está entre os países produtores e exportadores de castanha de caju na África Subsaariana, mesmo enfrentando instabilidade política e governamental cíclica. Segundo Camprendon *et al.* (2020), a agricultura da castanha de caju é a

principal atividade sustentável realizada por vários grupos étnicos na sociedade guineense, contribuindo para a renda familiar, geração de empregos e renda.

Reconhecendo a importância da castanha de caju na sociedade guineense e no mercado internacional, acredita-se que seria benéfico para a economia e segurança alimentar da população guineense se as autoridades guineenses investissem na modernização do mercado interno da castanha de caju, ou seja, na criação de indústrias locais de processamento do produto, em vez de exportá-lo como matéria-prima bruta (Agoa, 2022).

As mulheres guineenses são as que mais trabalham no setor da castanha de caju, embora não tenham direito à terra para o plantio. São elas que saem prejudicadas nesse processo, ou seja, as mulheres recebem uma renda insuficiente pelo trabalho realizado, desde o cultivo até o produto final. Elas colhem as castanhas nas matas, secam as nozes da castanha e depois as vendem a um preço muito baixo para intermediários que fornecem às fábricas locais e para exportação (Agoa, 2005).

Segundo o relatório do Banco Mundial sobre a Guiné-Bissau, observa-se que a agricultura e a colheita de Castanha de Caju In Natura geralmente são realizadas pelas mulheres rurais nas terras que pertencem aos seus maridos ou pais durante a campanha de curto prazo, que às vezes começa em março e pode terminar em maio ou junho, dependendo do plantio. As mulheres não têm poder de negociação sobre o produto, pois após a colheita, os homens são responsáveis pela venda e pelas receitas geradas pela Castanha de Caju (Silva, 2021). Do ponto de vista histórico, as mulheres sempre estiveram ao lado dos homens, assumindo um papel importante na produção e reprodução social. No entanto, na sociedade contemporânea, há uma discrepância em termos de acesso aos meios de trabalho para subsistência (Giddens, 2012). A lógica do capitalismo comprometeu a relação econômica entre mulheres e homens, aumentando a discriminação social e a desigualdade no acesso aos meios de produção no mercado lucrativo.

Paralelamente à ideia de investimento na economia local de subsistência, acredita-se que isso possa contribuir para a superação dos obstáculos econômicos, o desemprego e a pobreza na África. Para isso, as autoridades políticas nacionais devem se empenhar na transformação estrutural, ou seja, na valorização da pequena indústria ligada à economia agrícola, como a castanha de caju. A África

está perdendo oportunidades de manufatura que transformaram outros países pobres, como Cingapura e Vietnã, que atualmente estão no caminho do progresso e da modernização (Agoa, 2005).

A nossa preocupação se enquadra nesta perspectiva de que o investimento na agricultura de subsistência, especialmente no setor da castanha de caju, será uma janela de oportunidade para a criação de empregos e o crescimento econômico. O objetivo deste trabalho é identificar os principais problemas e necessidades da classe trabalhadora rural envolvida na cultura do caju durante a pandemia, bem como propor às autoridades nacionais a formulação de uma política pública para essa classe trabalhadora residente nas áreas rurais. Considerando que a intervenção do Estado no fortalecimento da legislação que garanta boas condições de vida para os trabalhadores, principalmente garantindo direitos à terra para as mulheres trabalhadoras rurais, pode contribuir para a redução do desemprego e reforçar a proteção social dessas mulheres rurais, mantendo um equilíbrio de forças entre grupos, principalmente aqueles com menor poder de negociação e competitividade no mercado, que são colocados em situação de vulnerabilidade durante tempos de crise.

Essa situação se tornou ainda mais preocupante com a pandemia do SARS-CoV-2, que ocorreu em nível mundial, com graves consequências para a população mais vulnerável. Os dados das autoridades nacionais e internacionais indicam que as restrições impostas pela pandemia dificultaram a vida dos trabalhadores informais, o que, em certa medida, constitui uma grande ameaça à autonomia financeira e econômica da classe trabalhadora. É importante, no entanto, analisar os efeitos da pandemia e das medidas adotadas pelo governo da Guiné-Bissau na atividade da castanha de caju e na rotina de trabalho das mulheres, dada a importância socioeconômica da comercialização da castanha de caju, que é a principal atividade econômica da Guiné-Bissau.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, de caráter descritivo-analítica e natureza qualitativa, objetivou investigar a importância da atividade econômica informal, mais particularmente, na

cultura da castanha de caju para a sociedade guineense, bem como a percepção das mulheres sobre sua inserção nesta atividade e os efeitos da pandemia de SARS-Cov-2.

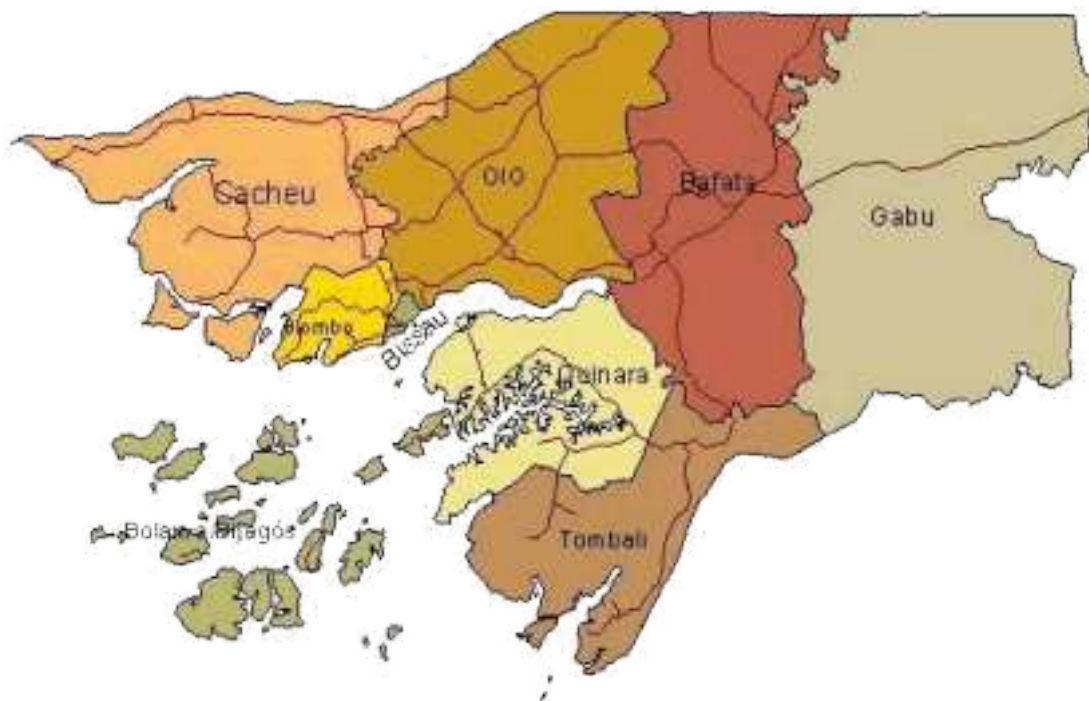
A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Viçosa-UFV, sob o número CAAE 60185722.8.0000.5153.

3.1 Local de Estudo

O estudo foi realizado na região de Biombo, setor de Quinhamel, secção de Bijimita, que é povoada pela maioria do grupo da etnia Pepel. A maioria das pessoas nessa localidade depende do trabalho manual da agricultura de subsistência, inclusive a castanha de caju, uma região com baixo investimento público em termos de políticas sociais. A Guiné-Bissau, localizada na costa Ocidental da África Subsaariana, faz fronteira ao norte com a República do Senegal, a leste e a sul do país com a República da Guiné-Conacri, e, à oeste, com o Oceano Atlântico, tendo uma superfície de 36.125 Km² (INEC, 2009). De acordo com Namone (2014), o país está subdividido em oito regiões, além do Setor Autónomo de Bissau (SAB) e 36 setores. Contém três províncias, que são: Leste, Norte e Sul, além de SAB. As principais regiões do país são: Bafatá, Boloma, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali e SAB (BULL, 1989).

Além disso, a Guiné-Bissau integra a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a Comunidade de Estados da África Ocidental (CDEAO) (Carvalho, 2015). Do ponto de vista linguístico, conforme abordagem de Oliveira (2015), a Guiné-Bissau é um país multilinguístico e multicultural, contando com cerca de vinte e sete grupos étnicos, que constituem o mosaico cultural do país.

Figura 1: Mapa da Guiné-Bissau.



2

Fonte: Acervo do Google. Disponível em: http://www.statguineebissau.com/pais/organizacao_administrativa.htm

Os principais grupos étnicos que constituem o país: balantas, grupo majoritário com (26%); seguidos pelos fulas (25,4%); pelos mandingas (13,7%); pelos mandjacos (9,2%); pelos papéis (9,2%); pelos mancanha (3,54%); pelos Beafadas (3,2%); pelos Bijagós (2,1%); pelos Felupes (1,43%). Nalús e Sossus correspondem (1,2%); e, por fim, os restantes grupos étnicos não identificados por autor, totalizam (5,3%) da população (SEMEDO 2011). O país adota como moeda nacional o franco CFA, usada pelos países da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), organização da qual o país faz parte, sendo o único de expressão oficial portuguesa no meio de países de língua oficial francesa (MONTEIRO, 2014). A sua população total é de um milhão e oitocentos habitantes, conforme os dados da ONG (ADPP, 2021).

3.1.1. Caracterização Socioeconômica e Cultural de Bijimita

O reino de Bijimita é administrado por *djagras*, sendo habitado, em sua maioria, pelo grupo étnico pepel. Bijimita se formou pela sequência da queda dos grandes impérios africanos, o que causou a fuga dos então habitantes do reino, que eram originários do império de Gana. Após a decadência do império de Gana, a

população migrou para Quinara, que é a região administrativa atual da Guiné-Bissau, e mais tarde seguiu para a região de Cacheu, mais especificamente em Cói, e, posteriormente, para Bijimita. Cacheu e Bijimita estão divididas pelo mar.

Portanto, o reino de Bijimita, assim como outros reinos, é o resultado do desmembramento de grandes impérios africanos, o que causou mobilidade populacional em busca de novas localidades para instalar-se e sobreviver.

Sua economia está principalmente baseada na agricultura de subsistência como podemos notar nas imagens. Quase 100% de sua população vive do trabalho agrícola, praticando a lavoura em terras aráveis nas bolanhas e na terra. As principais atividades econômicas de subsistência incluem a plantação de caju, cana-de-açúcar, arroz, arroz pampam, amendoim, lavoura de mandioca, pesca artesanal, criação dos animais domésticos, entre outros. Além de se dedicarem ao pequeno comércio e à cultura da castanha de caju, as mulheres também se dedicam às atividades de hortaliças para o sustento familiar e comercial.

O caju é a principal atividade comercial que contribui para a sobrevivência das famílias durante três meses por ano. A maior parte da produção agrícola é comercializada nas feiras da capital Bissau, por oferecer maior oferta de preço de produto comercializável,

Embora alguns ainda sejam vendidos localmente, principalmente pelas mulheres, como ilustrado na Figura 1.



Figura 1. Comércio de produtos agrícolas em Bijimita, Guiné-Bissau.

O comércio em Bijimita não se desenvolveu em comparação com outras cidades da região de Biombo, provavelmente devido às poucas oportunidades de

circulação de bens e serviços que estimulam o comércio interno, causadas pela falta de investimento em infraestrutura capaz de atrair o fluxo humano. A maior parte do comércio de mercadorias ainda é realizado em residências particulares ou em pequenas instalações comerciais.

Em termos da oferta de serviços públicos, há duas escolas públicas (Figura 2) e um posto de saúde que conta com três técnicos de saúde, todas mulheres, e um estagiário que trabalha como voluntário sem receber salário. O posto de saúde pública está equipado com duas ambulâncias e painéis solares (Figura 3) para geração da energia, uma vez que não há iluminação pública em Bijimita. Algumas residências possuem iluminação privada.



Figura 2. Imagem da escola pública à esquerda e do posto de saúde à direita, Bijimita, Guiné-Bissau.



Figura 3. Imagem dos painéis solares do posto de saúde, Bijimita, Guiné-Bissau.

Em Bijimita, o serviço de fornecimento de água potável é realizado por meio de um sistema de poços com bombas de água (Figura 4) em determinados locais, embora alguns deles estejam em estado de degradação ou paralisados. Esses poços estão distantes uns dos outros, o que requer que a população se desloque constantemente em busca da água.



Figura 4. Imagem do furo de bomba de água em estado de degradação, Bijimita, Guiné-Bissau.

Quanto às estradas, as populações se deslocam a pé porque não há transporte público local para serviços entre tabancas, existindo apenas para a ligação entre Bissau e Bijimita.

Do ponto de vista cultural, Bijimita tem suas práticas enraizadas no sistema de religiões de matriz africana, com um sistema político fundamentado no poder tradicional sob controlo de um régulo principal do sexo masculino. O régulo é uma autoridade tradicional constituída há séculos, com base na sucessão hierárquica e é considerado um líder máximo, reconhecido como moralizador das comunidades.

Os principais ritos de manifestações culturais em Bijimita são compostos por várias práticas como forma de demonstração identitária. Existem ritos de cerimônia tradicional de fanado (prática de iniciação geralmente praticada exclusivamente por homens adultos), cerimônia de toca choro, Kanssaré, Baloba, kumar/matrimônio (cerimônia de iniciação para ambos os sexos ou casamento), Omaí, Blick, Ossack ou karmussa tchon (herança de terras), Yanda Cabas, Bopene ou balobeiros, e outras práticas culturais, como ronã irã, entre outras. No entanto, é verdade que

algumas práticas já estão em situação de desaparecimento ou sofrendo modificações devido às influências da modernidade. Além dessas manifestações culturais, a comunidade celebra o aniversário do reino em memória da data de 02 de dezembro de 1965. Essa data pode ser considerada como a data da liberdade e resistência para o reino de Bijimita contra a invasão política colonial do governo português. Politicamente, essa data foi muito marcante, sendo um momento de angústia e também de resistência contra o regime ditatorial colonial português.

3.2 População e amostra

A população desta pesquisa foi composta por 13 mulheres trabalhadoras informais, residentes nas áreas rurais e que trabalhavam na colheita ou extração da castanha de caju, sendo a amostra constituída por cinco mulheres que concordaram em participar da pesquisa. A escolha da população estudada se justifica pela necessidade de analisar as condições das mulheres trabalhadoras informais rurais inseridas na cultura da castanha de caju. A amostra foi selecionada de acordo com os critérios de inclusão, ou seja: serem mulheres trabalhadoras rurais, residentes na zona rural e que trabalham com a cultura da castanha de caju, totalizando cinco mulheres.

A idade das participantes variou de 30 a 50 anos sendo, a maioria responsáveis pela saúde, educação e vestuário de seus filhos. No que se refere à alimentação, as mulheres participavam ativamente com seus maridos na aquisição dos alimentos para sustento familiar, sobretudo aquelas que trabalhavam no setor informal da castanha de caju. Existiram alguns casos específicos em que certas mulheres eram responsáveis pelo cuidado da família, tendo em vista estar na condição de viúva.

Além das mulheres, em um segundo momento, foram entrevistados dois representantes dos governos regionais e central, incluindo o secretário do Comitê de Estado de Quinhamel e um funcionário da Agência Nacional de Caju da Guiné-Bissau (representante do governo). Esses representantes foram selecionados por terem conhecimento sobre o processo de cultivo, colheita e comercialização da castanha de caju, além da realidade dos produtores rurais da região.

A Tabela 1 apresenta, de forma resumida, as características dos participantes da pesquisa.

Tabela 1 - Características dos participantes da pesquisa, Bijimita, Guiné-Bissau, 2023.

Entrevistado	Sexo	Estado Civil	Escolaridade	Número de filhos	Profissão	Idade
1	Feminino	Casada	4º ano (ensino primário)	5	Trabalhadora informal rural	36
2	Feminino	Casada	3º ano (ensino primário)	5	Trabalhadora informal rural	32
3	Feminino	Viúva	4º ano (ensino primário)	5	Trabalhadora informal rural	55
4	Feminino	Casada	Não frequentou	5	Trabalhadora informal rural	45
5	Feminino	Casada	Não frequentou	7	Trabalhadora informal rural	40
6	Masculino	Casado	Graduado	-	Secretário de Comitê de Estado	-
7	Masculino	Casado	Graduado	-	Funcionário de ANC-GB	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

3.3 Forma de coleta e análise dos dados

A coleta de dados foi realizada em dois momentos distintos.

Inicialmente, foi realizada uma roda de conversa com as mulheres sobre a temática de pesquisa, cujo objetivo foi construir um diálogo para facilitar a interação entre as mulheres e o pesquisador e, assim, fazer com que elas se sentissem mais confiantes para falar de maneira aberta e clara. Após esse contato inicial, foi realizado o grupo focal, que seguiu um roteiro semiestruturado.

O grupo focal foi composto pelas mulheres que trabalhavam na cultura da castanha de caju na zona rural, tendo sido realizado no formato de uma roda de conversa

Em seguida, foram entrevistados dois representantes, ambos funcionários do Estado, sendo um do Comitê de Estado e o outro do governo central. A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado.

Importante salientar que todos os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram pré-testados.

A coleta de dados finalizou a partir do momento em que atingiu o ponto de saturação da amostra, ou seja, os dados obtidos passaram a apresentar redundância ou repetição à descrição do pesquisador.

Os dados foram analisados utilizando a análise de conteúdo, Bardin afirma que os documentos oficiais dos governos e organizações não-governamentais, assim como as entrevistas, foram analisadas utilizando a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Bardin (2011) apresenta três estágios importantes atrelados à análise de conteúdo a saber: pré-análise; exploração do material; e, por fim, tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

A pré-análise trata-se também de um momento de sistematização das ideias iniciais e constituição do corpus levando-se em consideração algumas regras como: (...) a exaustividade, a representatividade, a homogeneidade e a pertinência. A fase exploratória caracteriza-se pela administração sistemática das decisões tomadas na pré-análise. E finalmente, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação buscando a significação e validade dos dados. A meta aqui é obter orientações para outra análise e/ou utilizar as implicações do estudo com finalidade teórica ou pragmática (BARDIN, 2009, *apud* BORGE, 2010, p.1-2).

Certamente, as categorias de análise selecionadas para este estudo são bastante específicas e relacionadas aos aspectos socioculturais e de gênero. As categorias são:

1. Estado de emergência: Exploração das condições e situações que emergem durante um estado de emergência ou crise, possivelmente relacionadas a fatores como desastres naturais, epidemias ou situações similares, e seu impacto nas dinâmicas sociais, incluindo a divisão do trabalho e as relações de gênero.
2. Trabalho rural: Investigação das atividades laborais realizadas em contextos rurais, como agricultura, pecuária e outras ocupações agrárias, e como essas atividades podem moldar as relações sociais e de gênero nesse ambiente específico.

3. Jornada de trabalho: Análise da duração e organização das horas de trabalho, levando em consideração tanto as normas tradicionais quanto as influências contemporâneas, e como essas jornadas podem influenciar a divisão do trabalho, especialmente entre os gêneros.
4. Uso do costume: Exploração de como as normas culturais e sociais tradicionais, incluindo aquelas relacionadas a gênero, moldam as interações sociais, o trabalho e a divisão de responsabilidades nas comunidades estudadas.

Cada uma dessas categorias representa um aspecto crítico da análise, permitindo que os pesquisadores mergulhem profundamente nos elementos sociais, culturais e de gênero que influenciam as relações de trabalho e sociais no contexto em questão. Ao examinar essas categorias, o estudo poderá obter insights valiosos sobre como as normas, costumes e condições específicas podem impactar diferentes aspectos da vida das pessoas, incluindo suas experiências de trabalho e as relações de gênero dentro da comunidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção está subdividida em quatro tópicos, a saber: a importância da cultura da castanha de caju para a Guiné-Bissau; a percepção das mulheres sobre o papel da castanha de caju para sua vida pessoal e familiar; e, percepção das trabalhadoras sobre os efeitos da pandemia e das medidas preventivas adotadas pelo governo na atividade da castanha de caju e em sua rotina de trabalho.

4.1. A importância da cultura da castanha de caju para a Guiné-Bissau

O cajueiro (*Anacardium occidentale* L.) é uma planta arbórea originária do Brasil e que foi disseminada por todo o planeta. De acordo com a Associação Nacional dos Agricultores (ANAG), as plantações de caju na Guiné-Bissau cobriam 4,84% de seu território, enquanto nos demais países a cobertura não ultrapassava 2% (World Bank, 2010). Conforme mencionado na literatura, a cultura da castanha de caju teve

início no século XVI, quando os portugueses promoveram o plantio em larga escala. No entanto, foi somente a partir da década de 1970 que a produção de castanha de caju ganhou importância econômica na Guiné-Bissau, com o incentivo do governo para impulsionar o desenvolvimento rural e reduzir a dependência da agricultura de subsistência.

Dessa forma, foi importante para a pesquisa compreender como os entrevistados percebem a importância da cultura da castanha de caju para a Guiné-Bissau. Inicialmente, o entrevistado 7 mencionou que o caju chegou ao país antes de sua independência, por volta de 1963, durante o período colonial português, conforme pode ser verificado em sua fala:

O caju chegou à Guiné-Bissau antes da independência, ou melhor dizendo, mais ou menos nos anos de 1963. Foi numa altura em que a presença dos ocupantes do regime colonial português era muito forte, à medida que o povo originário da Guiné, naquela época, nada sabia sobre o valor do caju (E7).

Essa fala aborda a introdução do caju na Guiné-Bissau antes de sua independência, aproximadamente em 1963. O contexto histórico é marcado pela forte presença dos colonizadores portugueses, sugerindo que a chegada do caju pode ter ocorrido como parte das atividades econômicas da metrópole. A menção à presença marcante dos ocupantes coloniais indica uma possível ligação entre a introdução do caju e os interesses econômicos e estratégicos dos colonizadores. Além disso, destaca-se que, naquela época, a população nativa da Guiné não tinha conhecimento sobre o valor econômico do caju. Isso pode apontar para uma falta de informação ou exploração por parte dos colonizadores em relação aos recursos locais e sua utilização, o que poderia ter impactado a população local de maneira significativa. Em suma, a fala sugere uma relação complexa entre a chegada do caju, a presença colonial e o conhecimento local sobre os recursos naturais na Guiné-Bissau.

Naquela época, o povo guineense tinha pouco conhecimento sobre o valor do caju. Os colonizadores portugueses desempenharam um papel crucial ao promover o cultivo da semente de caju e estimular a produção da castanha. Os portugueses distribuíam gratuitamente as sementes e conscientizavam a população sobre os benefícios da cultura do caju, destacando seu valor nutritivo e saboroso. É importante considerar que essa política de disseminação do cultivo de caju ocorreu

de forma impositiva, principalmente para atender aos interesses do mercado dominante e à demanda econômica internacional.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, naquela época, a cultura do caju não era uma prioridade para os guineenses em termos de cultivo. A população nacional não tinha um conhecimento profundo sobre a importância da castanha no mercado financeiro. No entanto, não se pode deixar de reconhecer que o interesse das autoridades coloniais também contribuiu positivamente para que a Guiné-Bissau se tornasse um dos principais produtores de castanha a nível mundial e, consequentemente, o principal produto de exportação econômica nacional, graças à política de expansão colonial do cajueiro.

Essa estratégia de plantio, orientada pelas autoridades portuguesas, resultou em um aumento significativo na produção de castanha de caju. Culturas agrícolas perenes, como o milho preto, foram substituídas pelo caju, que se tornou uma cultura de exportação. A transformação gradual da cultura do caju em uma atividade lucrativa pode ser atribuída ao incentivo dos portugueses e à conscientização da população local sobre o valor socioeconômico dessa cultura. A fala do entrevistado 7 ressalta essa questão:

O caju servia apenas para consumo, não era uma atividade lucrativa naquele momento. Hoje, você chega a uma tabanca e encontra a plantação mais antiga, que chamamos de caju de Estado, porque era uma plantação feita no tempo colonial (E7).

Essa fala aborda a mudança de perspectiva em relação ao caju na Guiné-Bissau ao longo do tempo. Inicialmente, o caju era utilizado apenas para consumo e não era considerado uma atividade lucrativa. Isso sugere que, na época do domínio colonial, o caju possuía um valor mais local e não estava vinculado a interesses econômicos expressivos. A menção à "tabanca" e à "plantação mais antiga" ressalta a continuidade da presença do caju na região, indicando que a atividade de cultivo perdurou ao longo das décadas. A denominação "caju de Estado" para essa plantação remonta ao período colonial, possivelmente indicando que a exploração do caju estava sob a autoridade ou controle do governo colonial. Isso pode ilustrar como o caju, que antes era voltado para o consumo local, passou a ter uma relevância mais institucional ou oficial durante o regime colonial. A transformação do caju em uma atividade mais lucrativa atualmente sugere mudanças nas práticas de cultivo, na comercialização ou nas demandas globais pelo

produto, refletindo uma evolução das circunstâncias econômicas e sociais da região ao longo do tempo. Em resumo, a fala destaca a trajetória do caju na Guiné-Bissau, desde seu papel inicial de consumo até sua transformação em uma atividade mais lucrativa e institucionalizada, com raízes históricas no período colonial.

Nesse sentido, o comércio da castanha de caju, por parte da população, era voltado para a alimentação, uma vez que a cultura do caju não era o principal produto da exportação agrícola no país, como mencionado anteriormente. Portanto, acredita-se que, com essa política de expansão, a cultura do caju passou a ter uma importância maior em termos de valorização econômica no território guineense em comparação com outras culturas agrícolas de exportação.

O entrevistado 7 também destacou a região de Biombo como a principal produtora de castanha de caju, onde a população aderiu rapidamente ao projeto de plantação de caju nas décadas de 1980 e 1990. No entanto, em outras regiões do país, a importância da cultura do caju foi descoberta tardiamente. A região de Biombo enfrentou desafios relacionados ao crescimento demográfico, à falta de espaço para plantação e à crescente urbanização, o que levou a uma redução na plantação e produção de caju nessa área, conforme mencionado pelo entrevistado:

Nas outras regiões do país, a população descobriu tardiamente a importância da cultura do caju, por isso a região de Biombo era considerada a principal região em termos de produção da castanha de caju a nível nacional (E7).

A declaração enfatiza as variações regionais na percepção da importância da cultura do caju na Guiné-Bissau. A referência a "outras regiões do país" sugere que houve uma descoberta tardia por parte da população sobre o valor econômico e potencial da cultura do caju em áreas além da região de Biombo. Isso sugere que a região de Biombo tinha uma vantagem inicial na compreensão e aproveitamento da cultura do caju, possivelmente devido a fatores como recursos naturais favoráveis, acesso a informações ou até mesmo tradições culturais específicas.

A afirmação de que Biombo era a "principal região em termos de produção da castanha de caju a nível nacional" destaca sua proeminência na produção de castanhas de caju em comparação com outras partes do país. Isso pode ser atribuído à conscientização mais precoce e à implementação de práticas eficazes de cultivo e colheita na região. Além disso, é possível que os investimentos em

infraestrutura ou no desenvolvimento da cadeia de produção do caju tenham contribuído para o seu destaque como uma região líder em termos de produção.

Essa narrativa destaca a importância de entender as dinâmicas regionais na adoção e desenvolvimento de culturas agrícolas, bem como a influência de fatores históricos, culturais e econômicos na distribuição desigual das atividades agrícolas em um país.

A região de Biombo teve um desenvolvimento mais acelerado em comparação com as outras regiões do país, pois cada pedaço de terra sempre foi ocupado por pomares de caju. Isso fez com que essa região fosse classificada como uma das principais em termos de concentração de plantações de caju na Guiné-Bissau. Além disso, essa região está próxima da capital administrativa da República da Guiné-Bissau, o que pode ter proporcionado mais oportunidades para que a população se beneficiasse das sementes para o cultivo de caju.

O governo guineense, buscando estimular a renovação e o replantio das plantações de caju, passou a incentivar políticas nesse sentido. No entanto, o entrevistado 7 mencionou que esse incentivo governamental pode representar uma séria ameaça para a cultura do caju. Não fica claro na discussão contextualizada por que o incentivo governamental poderia ser uma ameaça, mas pode-se especular que a implementação inadequada das políticas ou a falta de recursos e suporte adequados possam afetar negativamente a produção e a economia relacionadas ao caju.

Um representante do governo regional de Biombo, insatisfeito com a ausência do Estado nessa região em termos do apoio aos pequenos produtores rurais, afirmou que:

Nós, da região, geralmente, carecemos de recursos para apoiar os pequenos produtores rurais, desde o processo (campo) de plantação até a atividade de colheita da castanha de caju. Nós não os apoiamos em nada. [...] No período pós colheita, não apoiamos em nada, os próprios comerciantes não apoiam os pequenos agricultores. No período da época da chuva, período no qual pequeno agricultor rural exerce sua atividade do cultivo, portanto não recebe nenhum tipo de apoio do governo (E6).

O trecho destaca a falta de recursos e apoio aos pequenos produtores rurais na região. Ele enfatiza que os agricultores que se dedicam ao cultivo e colheita da castanha de caju enfrentam desafios significativos ao longo de todo o processo, desde o plantio até a comercialização.

A referência à falta de recursos desde o "processo de plantação até a atividade de colheita" indica um vazio na infraestrutura, tecnologia e assistência que poderiam melhorar a produtividade e a eficiência dos pequenos produtores. Isso pode incluir a falta de acesso a sementes de qualidade, ferramentas adequadas, técnicas de cultivo modernas e apoio técnico.

A observação de que os pequenos agricultores não recebem apoio "no período pós colheita" destaca uma lacuna no suporte após a fase de produção. Isso pode se referir à falta de acesso a mercados estáveis, preços justos ou instalações de processamento adequadas para agregar valor aos produtos agrícolas, como as castanhas de caju.

A afirmação de que até mesmo os comerciantes não apoiam os pequenos agricultores indica uma relação desfavorável entre os diferentes atores na cadeia de produção e comercialização. Isso pode ser resultado de desequilíbrios de poder, margens de lucro apertadas ou falta de incentivos para uma colaboração mais justa.

A observação de que durante a época de chuva, quando os agricultores exercem suas atividades de cultivo, não há apoio do governo, destaca uma lacuna específica na assistência governamental. A falta de apoio durante esse período crucial pode afetar diretamente a produtividade e o bem-estar dos agricultores, já que as condições climáticas desempenham um papel importante na agricultura.

Em resumo, essa fala descreve um cenário desafiador para os pequenos produtores rurais na região, apontando para a necessidade de uma abordagem mais abrangente e colaborativa para melhorar a situação, incluindo investimentos em recursos, tecnologia, infraestrutura e apoio ao longo de toda a cadeia de produção e comercialização.

Apesar de não apoiar ostensivamente os pequenos produtores rurais, quando o Estado percebe que a relação de comércio no sistema de caju pode causar desigualdades em termos financeiros e gerar um lucro excessivo não favorável aos pequenos produtores, ele adota ações que possam minimizar o problema. De acordo com o entrevistado 7, "(o Estado) anuncia preço mínimo com o intuito de manter o equilíbrio na cadeia de valor para evitar lucro excessivo".

Porém, "no início da campanha sempre existe pouco controle do preço, os intermediários vão até junto dos produtores e aproveitam as dificuldades e a fome e compram a castanha a um preço muito precário", de acordo com o entrevistado 7. Embora no sistema de comércio na Guiné-Bissau, o "Estado, através do Ministério

de Comércio, é o responsável pela fixação do preço e escoamento do produto de caju. O governo anuncia o preço mínimo/básico da castanha para abertura da campanha” e “o objetivo do Estado em anunciar o preço mínimo antecipadamente e tentar reduzir a perda ou exploração para que pequenos produtores rurais não sejam afetados”, segundo o entrevistado 7.

Na Guiné-Bissau, o sistema de comércio é livre e, de acordo com o entrevistado 7, “o Estado participa de forma indireta através do governo, emite certificado de qualidade de produtos para exportação, o alvará do comércio para compradores de caju, vistoria de armazéns da castanha para evitar a fuga do produto para países vizinhos, Senegal e Guiné Conacri” (E7).

Além disso, o entrevistado 6 ressaltou o prejuízo que as trabalhadoras desse setor sofreram durante o período da pandemia de Covid-19, ressaltando o empobrecimento dessas mulheres: “Se paralisar atividade comercial da castanha durante um mês, praticamente o lucro que tinham guardado será usado, isso leva com que maioria das mulheres estão hoje sem dinheiro” (E6). Ressaltou ainda a falta de apoio do governo não apenas durante o período pandêmico e pós-pandêmico, afirmando que: “o governo realmente não tem feito nada para dar apoio em termos financeiro para as mulheres para reativar suas atividades econômicas” (E6).

Tal situação é agravada pela falta de conhecimento e recursos para investir na agricultura. Segundo o entrevistado 6, “a falta técnica e conhecimento científico na área de agricultura, fez com que muitas mulheres recorressem à tecnologia tradicional na agricultura, colocando mulheres numa situação de penúria e causando improdutividade”.

Em resumo, com base nas falas do entrevistado, percebemos que a cultura da castanha de caju na Guiné-Bissau evoluiu de uma atividade desconhecida para uma importante indústria econômica. A influência colonial portuguesa, o incentivo governamental e a conscientização da população sobre os benefícios do caju foram fatores-chave nesse desenvolvimento. No entanto, desafios como a urbanização, a escassez de terras disponíveis e a ameaça representada pelas políticas de renovação destacam a necessidade de uma abordagem cuidadosa e sustentável para garantir o sucesso contínuo da cultura do caju na Guiné-Bissau.

4.2. A percepção das mulheres sobre o papel da castanha de caju para sua vida pessoal e familiar

A cajucultura guineense, como visto anteriormente, ocupa um lugar de destaque na sociedade da Guiné-Bissau como um todo. Tornou-se uma cultura indispensável não apenas para a economia nacional, mas também para a vida da população em geral, incluindo mulheres rurais envolvidas na atividade de cultivo da castanha. Importante ressaltar que as mulheres são as mais envolvidas nesta atividade na Guiné-Bissau, uma vez que a maioria delas não tem oportunidade de emprego formal no mercado de trabalho e, assim, dedica-se ao trabalho informal, sobretudo nas atividades agrícolas e no pequeno comércio a fim de satisfazer suas necessidades econômicas e garantir o sustento familiar.

Além disso, não devemos esquecer que as mulheres guineenses sempre foram associadas ao trabalho no campo, sobretudo nas zonas rurais. Esse costume ainda persiste e faz com que as mulheres permaneçam nas atividades do campo, embora com baixo rendimento. As mulheres entrevistadas indicaram que começaram a trabalhar muito jovens, ainda crianças, na colheita da castanha de caju, como pode ser verificado em algumas declarações: “Eu comecei a trabalhar no setor de caju com 4 anos de idade” (E2), e, “Quando comecei a trabalhar no setor de caju, tinha apenas 10 anos” (E1).

Essas declarações mostram a institucionalização do trabalho infantil na Guiné-Bissau, sendo mais predominante entre as meninas do que entre os meninos. Isso ocorre porque o país não possuía uma legislação específica sobre trabalho infantil (CARDOSO, 2020) até o ano de 2021. Em 2021, a Guiné-Bissau deu um avanço moderado em seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil, quando o governo finalizou o Código de Proteção Integral da Criança, que é um regulador nacional em termos de proteção dos direitos da criança, especialmente no que diz respeito às leis do trabalho infantil (Departamento do Trabalho dos EUA, 2021).

A importância deste produto para a população guineense foi destacada pela entrevistada 3, conforme sua declaração:

Desde muito cedo trabalhei nas campanhas de caju e, com o dinheiro que conseguia, comprava cadernos e roupas, mas depois ficava sem possibilidades de fazer outras coisas porque não tinha dinheiro. Foi assim

que entrei neste trabalho e a coisa mais importante para mim é que, através deste trabalho, consegui salvar a vida da minha mãe (E3).

O relato narra uma história pessoal de envolvimento na colheita de caju desde tenra idade, com uma motivação financeira que permitia a compra de itens essenciais, como cadernos e roupas. A descrição da situação econômica mostra que, embora o trabalho na colheita do caju tenha proporcionado recursos para algumas necessidades, a limitação financeira ainda persistia, impedindo o acesso a outras oportunidades ou atividades. Isso sugere que o trabalho na colheita do caju era uma forma prática de gerar renda, mas não necessariamente proporcionava uma estabilidade financeira ampla.

O destaque mais marcante do relato é o papel crucial que esse trabalho teve na vida do entrevistado: "a coisa mais importante para mim é que, através deste trabalho, consegui salvar a vida da minha mãe". Essa afirmação sugere que a renda obtida do trabalho na colheita do caju teve um impacto profundamente positivo e significativo na vida da família, permitindo que a mãe do narrador tivesse acesso a cuidados médicos ou recursos essenciais para preservar sua saúde ou bem-estar. Isso ilustra o valor do trabalho na colheita do caju não apenas como uma fonte de renda, mas também como um meio de proporcionar segurança e melhorias tangíveis na vida das pessoas.

No geral, o relato enfoca as dimensões financeiras e emocionais do trabalho na colheita do caju, abordando a capacidade do trabalho de proporcionar melhorias concretas em termos de necessidades básicas e qualidade de vida, especialmente em momentos críticos. Isso destaca a importância do trabalho agrícola não apenas como uma atividade econômica, mas também como um meio de fortalecimento pessoal e de apoio a entes queridos.

Em termos sociais, essa declaração reflete a função indispensável que o caju desempenha na vida da população guineense, sendo fundamental para o sustento de muitas famílias. Isso ocorre porque a castanha de caju é o principal produto de exportação da Guiné-Bissau, do qual depende a economia do país e cerca de 80% da população guineense (MSE/JH, 2022). Como podemos perceber, o termo "salvar a vida da minha mãe" pode justificar a relevância econômica da castanha no sustento familiar.

As entrevistadas demonstraram insatisfação em relação à renda proveniente de seu trabalho, uma vez que não é suficiente para satisfazer as necessidades da

família. Para muitas, como a entrevistada 1, a falta de opções para obter um trabalho melhor é a justificativa para continuar na colheita do caju. Sua declaração expressa essa questão:

Eu não me sinto satisfeita com o rendimento porque não consigo resolver problemas da minha família. Tenho uma família grande. Agora, como não há outro trabalho melhor, trabalho no setor de caju para sustentar minha família e ajudar meus filhos (E1).

O relato revela um sentimento de insatisfação em relação ao rendimento proveniente do trabalho no setor de caju, principalmente porque não é suficiente para resolver os problemas financeiros da família. A menção a uma "família grande" sugere que há várias pessoas dependentes do rendimento proveniente desse trabalho, aumentando a pressão financeira sobre a entrevistada. O contexto delineado indica que a pessoa não vê alternativas melhores de emprego disponíveis, o que a leva a continuar trabalhando no setor de caju, apesar das limitações e insatisfações. A necessidade de sustentar a família e ajudar os filhos é uma motivação forte que mantém o narrador engajado nesse trabalho, mesmo que não seja ideal ou suficiente para atender todas as necessidades da família.

A narrativa reflete uma realidade em que as opções de emprego podem ser limitadas e as oportunidades de melhorar o rendimento podem ser escassas. Isso ressalta a importância de políticas e programas que visem melhorar as oportunidades de emprego e a qualidade de vida das pessoas em situações semelhantes. A necessidade de sustentar a família, especialmente os filhos, serve como uma motivação poderosa que destaca a importância do trabalho não apenas como uma fonte de renda, mas também como uma responsabilidade e um compromisso com o bem-estar da família.

As mulheres se dedicam fisicamente ao trabalho, mas a remuneração não é adequada em relação ao esforço realizado. No entanto, de acordo com França (1994, p.14), "em termos de benefícios sociais, o caju vem se firmando como a cultura mais importante para a população do campo tendo em vista que é a cultura de caixa que viabiliza a compra de bens e serviços não produzidos pelos agricultores".

Apesar de seu grande esforço no mercado de trabalho, as mulheres têm poucas oportunidades de exercer suas atividades comerciais de forma lucrativa, o

que gera dificuldades e insatisfação. Algumas declarações retratam essa análise, como pode ser visto a seguir:

O caju é importante, mas o rendimento é muito pouco porque o que eu ganho no caju não chega para satisfazer as necessidades da família. Para conseguir alimentação suficiente para meus filhos, sou obrigada a fazer outra atividade para complementar renda, fazendo trabalho de hortifruti [...] Eu acho que esse trabalho de caju é só para o consumo, porque não há ganho (E2).

Veja só que em cada campanha só ganhamos, às vezes 2, 3 e 4 sacos da castanha de caju por ano [...] O rendimento é muito pouco para sustento da família (E1).

Assim, a renda obtida com a venda da castanha de caju é apenas suficiente para atender às necessidades básicas da família, sem resolver outros problemas cruciais. Embora a renda obtida não seja suficiente para garantir uma qualidade de vida desejável e as mulheres entrevistadas tenham expressado insatisfação, é importante considerar que elas desempenham um papel significativo na geração de renda e alimentação para a família. Seu trabalho contribui de forma significativa para a renda familiar e, conseqüentemente, para a economia guineense.

A falta de oportunidades de emprego, agravada pela baixa escolaridade, torna o trabalho na cultura da castanha de caju essencial para garantir o sustento da família. A entrevistada 1 afirmou:

Os compradores não pagam na hora que eu preciso, então resolvi vender minha castanha de caju a alguém que compra pronto para pagar. Trabalho na horta de caju porque não tenho outro tipo de renda, trabalho para sustentar minha família e ajudar os meus filhos (E1).

Além disso, de acordo com a mesma entrevistada (E1), a ausência do marido torna ainda mais difícil sobreviver com essa atividade: “o preço de caju não é favorável, não consegue dar sustento e, se não tiver um marido, ainda é mais difícil a sobrevivência” (E1).

As mulheres rurais na Guiné-Bissau enfrentam enormes desafios, pois são as que mais sofrem com a ausência prolongada do Estado, o que se reflete em suas famílias, uma vez que são responsáveis pela renda que garante a sobrevivência dos membros familiares. Sanyang e Kuyateh (2018) observam que, na África, as mulheres estão envolvidas em todas as etapas da cultura do caju, desde o plantio até a colheita do fruto, com o objetivo de gerar renda para mitigar a vulnerabilidade social a que elas e suas famílias estão submetidas.

Segundo a United Nations (2020), o setor do caju oferece vários serviços locais na cadeia de valor, incluindo comércio e transporte, além das receitas provenientes do trabalho familiar, que contribuem significativamente para a economia nacional estimulando outros setores e investimentos. A FAO (2016) também concluiu que a atividade econômica realizada pelas mulheres guineenses tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida familiar e do PIB, embora essa não seja essa a percepção das entrevistadas.

Algumas mulheres trabalham como funcionárias, como é o caso da entrevistada 1, que disse “Trabalho na condição de funcionária simples, trabalho três dias para o dono da horta e apenas um dia para mim”. Segundo a mesma entrevistada, a remuneração é variável e acordada com o empregador, não havendo um salário fixo: “o rendimento pode variar dependendo do dono da horta, se encontrar com boa pessoa pode ganhar bem”. Por “boa pessoa” se entende um “bom patrão”, que é o contratante ou o dono do caju.

Quando os frutos e as castanhas se encontram maduros de abril a junho, os pequenos agricultores fazem a sua própria apanha, enquanto que os grandes agricultores (“ponteiros”) contratam trabalhadores, muitas vezes mulheres, para fazerem apanha. A apanha consiste normalmente em caminhar através de uma plantação e apanhar as sementes, e algumas vezes os frutos que caíram das árvores ou que se encontram ao seu alcance (Lynn, Jaeger, 2004, p. ix).

É evidente que os fazendeiros contratam trabalhadores, muitas vezes para a colheita da castanha de caju, em condições precárias e não lucrativas. Essa situação gera insatisfação entre as mulheres, não apenas devido às condições de trabalho, mas também em relação à renda proveniente dessas atividades. A entrevistada 1 destacou essa questão, afirmando: “Eu não me sinto satisfeita com este tipo de condição de trabalho, porque com esse rendimento não consigo resolver problemas da alimentação familiar, tenho uma família grande” (E1).

A fala revela um descontentamento significativo em relação às condições de trabalho. A insatisfação é enfatizada ao apontar que o rendimento obtido não é suficiente para lidar com os problemas relacionados à alimentação da família, especialmente porque a entrevistada tem uma família numerosa para sustentar. Esse sentimento de frustração é ampliado pelo reconhecimento de que as limitações financeiras estão afetando diretamente o bem-estar e a nutrição da família.

A declaração destaca a importância da questão alimentar e a dificuldade de satisfazer as necessidades básicas com o rendimento proveniente desse trabalho. A

menção à "família grande" indica uma responsabilidade maior e uma pressão adicional para garantir que todos tenham o suficiente para comer. A expressão "não consigo resolver problemas da alimentação familiar" sugere que o salário não é capaz de abordar as necessidades fundamentais da família em termos de comida e nutrição.

A fala reflete, ainda, uma realidade em que as limitações financeiras afetam diretamente o bem-estar das pessoas e ressalta a importância do trabalho não apenas como uma fonte de renda, mas como uma maneira de garantir a segurança e o sustento da família. Além disso, a menção do tamanho da família sublinha a pressão extra sobre a narradora para atender a essas necessidades, destacando as implicações mais amplas das condições de trabalho insatisfatórias.

O problema da fome assola a população rural, especialmente as mulheres, que dependem da única atividade comercial que gera uma maior renda na região. Segundo Rosa (1998), milhões de pessoas no mundo enfrentam pobreza e fome, sendo 1,2 bilhão de pessoas residentes nas áreas rurais. Os agricultores de subsistência e os sem-terra são os mais vulneráveis à insegurança alimentar. Resultados do inquérito ao Sistema de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SiSSAN) na Guiné-Bissau, realizado pelo Governo em colaboração com vários parceiros, mostram que, no período de 2016 a 2019, 30,7% dos agregados familiares na Guiné-Bissau enfrentavam insegurança alimentar, com as regiões de Biombo (local desta pesquisa), Cacheu, Gabu e Oio sendo as mais afetadas, com taxas variando entre 36 e 39% (Land Portal, 2020).

Da mesma forma, cerca de 80% dos indivíduos que vivem em condições sociais precárias habitam áreas rurais (Bongestabs, 2018). Por esse motivo, o trabalho rural é considerado um campo de interação social e de produção, no qual cada grupo de pessoas usa diferentes meios para mobilizar recursos para a sobrevivência. Os trabalhadores rurais enfrentam dificuldades relacionadas à escassez de alimentos, e a condição de vida das mulheres envolvidas na cultura da castanha de caju nas tabancas é muito difícil e inaceitável do ponto de vista econômico. A fala da entrevistada 1 reflete a falta de recursos: "Quando me informaram que você vinha falar comigo, eu pensava que trouxesse alguma coisa para nos ajudar, porque estamos cansadas, não temos nada" (E1).

Nesse sentido, o termo "estamos cansadas e não temos nada" pode representar não apenas as dificuldades econômicas que as mulheres de Bijimita

enfrentam em termos de sobrevivência, mas também é um apelo para mostrar o nível da indignação em relação à realidade de vida e ao sofrimento decorrente da falta de atenção por parte das autoridades competentes em relação à sobrevivência da população nas tabancas. Conforme a fala da entrevistada 6, é necessário que o governo fortaleça a agricultura, realizando intervenções no setor:

A Guiné-Bissau não pode se desenvolver nessa condição. Se o governo não investir na agricultura, na compra de máquinas para aumentar a produção, evitando a importação de produtos, essa condição não saudável pode afetar a saúde da população [...] (E6).

Além disso, o Estado não criou condições favoráveis em termos de políticas que garantam emprego estável para as pessoas, conforme ressaltado por uma entrevistada:

Imagine só, os pequenos agricultores na Guiné-Bissau não têm acesso ao banco de crédito ainda que necessitem de crédito, carecem de patrimônio para penhorar e receber dinheiro devido às condições (normas dos credores) que os bancos exigem (E6).

O relatório da United Nations (2020) constatou que uma grande parte da população guineense que vive nas tabancas enfrenta dificuldades de acesso a serviços essenciais, como saúde, água potável e redes de proteção social. A entrevistada 2 expressou sua súplica por ajuda por parte do governo para garantir sua sobrevivência e a de sua família, como pode ser visto em sua fala: “Pedimos ajuda a quem de direito, precisamos do apoio porque o sustento dos nossos filhos a alimentação, vestuário e saúde depende muito do nosso esforço. Todo o nosso rendimento não dura porque é muito pouco. [...] Se eu não me esforçar para conseguir comida, ninguém me ajuda com meus filhos” (E2).

De acordo com Caetano *et al.* (2020), a população que reside em áreas rurais é altamente dependente da agricultura, mas tem sido constantemente prejudicada pela falta de presença do Estado nas tabancas.

Com relação à participação das mulheres na negociação do preço da castanha, constatou-se a existência de resistências culturais que restringem sua oportunidade de participação efetiva. De acordo com a entrevistada 5:

Eu não participo de forma direta na negociação da castanha. O meu tio vem aqui em casa e pesa a minha castanha. Às vezes precisas de arroz, mas ele não me paga dinheiro e nem arroz na hora que preciso, então resolvi pegar na minha rede de pesca. [...] Depois da campanha de caju, sempre vou para o outro lado para fazer outro trabalho. Vendo a polpa de caju, para comprar arroz (E5).

Culturalmente, na realidade africana, o tio materno detém o poder de decisão sobre a mulher ou sobrinha direta. Da mesma forma, na tradição cultural da etnia pepel, o tio materno é considerado uma figura sagrada, e as mulheres são obrigadas a obedecer às regras culturais coercitivamente estabelecidas e socialmente aceitas.

Essa questão foi observada no relatório do Banco Mundial sobre a Guiné-Bissau, que concluiu que a agricultura e a colheita de castanha de caju in natura são geralmente realizadas pelas mulheres rurais nas terras de seus maridos ou pais durante a campanha de curto prazo. Embora as mulheres trabalhem ativamente desde o cultivo das plantações até a obtenção do produto, sendo elas as que mais participam no processo de colheita da castanha nas matas, secam as nozes da castanha e depois as vendem por um valor muito baixo aos intermediários que fornecem às fábricas locais e para exportação (Agoa, 2005), elas não têm poder de negociação do produto após a colheita, pois são os homens os responsáveis pela venda e pelas receitas geradas (Silva, 2021). Conforme a entrevistada 5, “participo em todo processo somente com meus filhos. Desde a colheita de caju, carrego e levo para casa. Eu levanto cedo, às vezes 4 horas da madrugada para varrer a casa, buscar água e depois ir para a horta”. A entrevistada 1 também afirmou que “eu não participo de forma direta na fixação do preço da castanha de caju, porque eles não convidam a gente para tomar parte. Apenas ouvimos o preço pelas rádios”.

As declarações evidenciam o profundo envolvimento da entrevistada no processo de cultivo e colheita de caju, realizando essas atividades em conjunto com seus filhos. A narrativa destaca o trabalho árduo e a dedicação, inclusive desde as primeiras horas da manhã, onde a entrevistada executa diversas tarefas domésticas antes de seguir para a horta para iniciar o trabalho. Isso ressalta a rotina intensa da entrevistada, que precisa equilibrar responsabilidades familiares e o esforço físico necessário na plantação.

A ausência de participação direta na determinação dos preços da castanha de caju é mencionada, evidenciando a falta de envolvimento e voz das pessoas que estão ativamente envolvidas no processo produtivo. A mencionada falta de convite para participar das discussões sobre preço sublinha a exclusão das comunidades rurais do processo de tomada de decisão. O conhecimento dos preços disponíveis apenas por meio das rádios reforça a desconexão entre as etapas do processo e a falta de transparência na fixação dos preços.

Em conjunto, as declarações revelam a complexidade e desafios enfrentados pelas comunidades rurais. A participação ativa e a dedicação na produção, bem como a falta de influência na determinação dos preços, destacam a necessidade de maior inclusão e reconhecimento do papel crucial que esses trabalhadores têm na indústria do caju. As narrativas também levantam questões sobre justiça e transparência nos sistemas de preços e decisões que afetam diretamente a vida dessas pessoas.

A entrevistada 3 também mostrou como o uso do costume prejudica as mulheres em termos de benefícios e decisões econômicas, como pode ser observado em sua fala: “Meus irmãos dividiram a horta de caju do meu pai e não me deram a minha parte. Então como meu marido tem horta, lutei até quando consegui recuperar a horta do meu marido. Hoje sou responsável pela horta do meu marido” (E3).

A narrativa destaca a luta da entrevistada para garantir sua parcela de terra após seus irmãos dividirem a horta de caju que pertencia ao seu pai, privando-a de sua parte legítima. O tom de injustiça e determinação é evidente, pois ela não apenas foi negada sua parte, mas também teve que travar uma batalha para recuperar a horta do seu marido. Esse processo demonstra a importância da terra e a necessidade de lutar por direitos justos e propriedade legítima.

A ação de recuperar a horta do marido e assumir a responsabilidade por ela indica a força da entrevistada em defender seus interesses e garantir uma fonte de subsistência para sua família. A decisão de assumir o papel de cuidadora da horta do marido mostra uma atitude resiliente e empoderada, superando os desafios e estabelecendo um novo controle sobre seus meios de sustento.

A história ressalta a luta por justiça e igualdade na distribuição de recursos e terras, assim como a determinação de uma mulher em enfrentar obstáculos e tomar medidas para proteger seu futuro e o de sua família. A narrativa também destaca a importância da autonomia e da capacidade de gerar o próprio sustento, que a entrevistada conquistou ao se tornar responsável pela horta do marido.

Segundo Crowley (1993, p. 10):

a fixação de preços pelos grupos serve como um desincentivo aos negociantes de praticarem preços mais baixos, e reflete uma ética não competitiva de igualdade. Sob esse sistema, os negociantes ganham lucros através de redução de custos de produção, em vez de aumentarem o volume de vendas (Crowley, 1993, p. 10).

A relação de poder no sistema de uso do costume e de produção contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, reduzindo as oportunidades para as mulheres das tabancas. Segundo Rousseau *apud* Badinter (1980, p. 181) “do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes (...)”.

Dessa forma, a condição das trabalhadoras na produção da castanha de caju é preocupante principalmente devido às dificuldades de acesso à terra, ao uso do costume, aos insumos agrícolas e ao crédito. É necessário fortalecer a capacidade de assistência ao desenvolvimento do país em três áreas principais: produtividade, sustentabilidade e eficácia dos sistemas de exploração de agricultura familiar. Essas medidas terão um impacto direto no comportamento e nas ações dos agentes e operadores econômicos, e não menos importante, na qualidade de vida familiar, principalmente entre os jovens e as mulheres, especialmente nas áreas rurais.

4.3. A percepção das trabalhadoras sobre os efeitos da pandemia e das medidas preventivas adotadas pelo governo na atividade da castanha de caju e em sua rotina de trabalho

Durante a pandemia de Covid-19, a atividade comercial da castanha de caju, assim como outros setores da economia, foi afetada negativamente devido à queda do preço nos mercados internacionais, resultante das restrições sanitárias adotadas pelos governos. Isso teve um impacto direto no preço da castanha de caju nos mercados nacional e mundial. A falta de amparo social por parte do governo durante a pandemia agravou os desafios enfrentados pelas comunidades rurais.

A entrevistada E1 destacou que o preço da castanha de caju não foi favorável durante a pandemia, o que dificultou seu sustento “o preço da castanha de caju não foi bom para nós durante a pandemia, eu acho que esse trabalho é só para assegurar mesmo porque não tenho conseguido ganhar”. Além disso, o representante do Comitê de Estado de Quinhamel observou que na região Biombo não existem políticas de apoio aos pequenos agricultores rurais no setor da castanha de caju. A falta de descentralização administrativa concentra os problemas relacionados à castanha de caju na capital, Bissau, como pode ser observado na fala do entrevistado 6:

Na região Biombo não existe nenhuma política de apoio para pequenos agricultores rurais no sistema de castanha. Todo problema de caju está concentrado na capital Bissau devido à falta de política de descentralização administrativa (E6).

A fala destaca a ausência de políticas de apoio aos pequenos agricultores rurais na região de Biombo, especificamente no sistema de cultivo de castanha. A observação enfatiza a falta de suporte institucional e diretrizes para os agricultores locais envolvidos na produção de castanha de caju. Além disso, a fala ressalta que os desafios enfrentados pela indústria do caju se concentram na capital, Bissau, devido à ausência de políticas de descentralização administrativa. Isso implica que a falta de distribuição de poder e recursos entre as regiões contribui para a centralização dos problemas e das decisões na capital, prejudicando a capacidade de lidar efetivamente com questões ligadas à produção e à agricultura nas regiões rurais. A análise reflete a necessidade de estratégias de apoio localizados e de uma abordagem mais descentralizada para resolver as dificuldades na produção de caju e promover o desenvolvimento rural de maneira mais equitativa.

A instabilidade política na Guiné-Bissau também impossibilitou a implementação de políticas regionais, resultando em dificuldades adicionais para a sobrevivência das comunidades mais carentes em termos econômicos e financeiros, especialmente aquelas que dependem do trabalho na agricultura rural. Durante a pandemia, as atividades femininas foram particularmente afetadas, o que teve um impacto significativo em suas condições financeiras.

A ausência do Estado contribui para o prejuízo enfrentado por essas mulheres em Bijimita. A falta de oportunidades de emprego qualificado resulta em condições precárias de trabalho na agricultura, já que há pouco investimento público na região. Isso tem gerado preocupação para as mulheres rurais, como mencionado pelas entrevistadas:

Estamos cansadas, enfrentamos sacrifício durante Covid-19, muitas pessoas vêm até aqui e dizem que vão nos apoiar mais nunca recebemos nenhum tipo de apoio, não nos apoiam em nada para nosso trabalho (E2).

O governo não fez nada aqui em Bijimita, apenas exigiram-nos uso de máscaras para proteger da doença. Os produtos de cozinha subiram no mercado. O que nós passamos este ano nunca passamos, eu nunca vi desde que nasci (E4).

Nos tempos de covid-19, o governo não deu nenhum tipo de apoio, quer apoio financeiro, quer alimentação para nós. Quando os produtos subiram no mercado, cada um usou sua estratégia ou tentou se virar com sua família para conseguir o que comer (E1).

As declarações destacam a exaustão e o sentimento de desamparo enfrentados por um grupo de pessoas durante a pandemia de Covid-19. O uso da expressão "enfrentamos sacrifício" evidencia a dificuldade e os desafios que essas pessoas têm enfrentado durante esse período. A frustração é clara ao mencionar que, apesar de várias promessas de apoio por parte de outras pessoas ou instituições, nenhuma forma de suporte foi efetivamente recebida. Isso aponta para uma desconexão entre as palavras e ações concretas, gerando uma sensação de abandono e desconfiança em relação às promessas feitas.

Apresentam, ainda, uma crítica ao governo de Bijimita, apontando para uma falta de ação efetiva durante a pandemia de Covid-19. O tom de desapontamento é evidente ao mencionar que o governo não tomou medidas concretas, exceto pela exigência do uso de máscaras como medida de proteção contra a doença. O aumento dos preços dos produtos de cozinha no mercado é destacado, indicando um aumento nas dificuldades financeiras enfrentadas pela população local. A narrativa sublinha a intensidade dos desafios vivenciados no último ano, com um sentimento de novidade, já que o narrador menciona nunca ter visto tal situação desde o nascimento.

A insatisfação é acentuada ao mencionar que o governo não prestou nenhum tipo de apoio durante a crise, seja em termos financeiros ou alimentares. Isso ressalta a falta de assistência ou recursos para a população enfrentar as dificuldades econômicas e sociais que surgiram devido à pandemia. A última parte da declaração revela a resiliência das pessoas locais, que tiveram que recorrer a estratégias individuais e apoio familiar para atender às necessidades básicas.

No geral, as narrativas refletem uma sensação de abandono por parte do governo durante a pandemia, especialmente em relação à falta de apoio financeiro e alimentar. O relato ilustra os desafios enfrentados pelas comunidades locais e a necessidade de resiliência diante da falta de recursos e assistência oficial.

A pandemia também causou inflação nos preços dos produtos de cozinha, criando uma sobrecarga adicional para a população rural, como relatado pela entrevista 4. Além disso, a restrição do estado de emergência imposto pelas autoridades nacionais atrasou o início formal da campanha de caju, afetando negativamente a renda de uma grande parcela da população guineense, que depende do rendimento da castanha. Infelizmente, as políticas de incentivo por parte

do governo foram direcionadas apenas aos homens, excluindo as mulheres dessa assistência, conforme a fala da entrevistada 4: “a ajuda é só para os homens na questão de reabilitação das bolanhas”.

As relações sociais de poder, influenciadas pelos costumes conservadores, têm contribuído para a marginalização das mulheres. A decisão do governo de impor o estado de emergência na Guiné-Bissau gerou problemas econômicos e financeiros para as mulheres rurais, resultando em desigualdades. Os impactos das restrições sanitárias agravaram as condições econômicas precárias e aumentaram os desafios sociais enfrentados pelas mulheres nas comunidades rurais, especialmente em Bijimita.

5. CONCLUSÕES

Esse estudo teve como objetivo investigar a importância da atividade econômica informal, mais particularmente, da cultura da castanha de caju para a sociedade guineense, bem como a percepção das mulheres sobre sua inserção nesta atividade e os efeitos da pandemia de SARS-Cov-2.

A economia da castanha de caju desempenha um papel fundamental na Guiné-Bissau, especialmente para a população rural, principalmente mulheres, que buscam na atividade informal uma oportunidade de sair da dependência econômica. No entanto, a informalidade também apresenta desafios, e é necessário que os governos trabalhem para melhorar as condições de trabalho dessa classe desfavorecida, intervindo no setor primário não apenas com foco econômico, mas também no bem-estar social, o que teria reflexos positivos no PIB nacional.

Apesar da importância da castanha de caju para a economia nacional, falta investimento em pequenas indústrias para o processamento interno do produto e geração de empregos qualificados na região. A falta de fiscalização adequada por parte das autoridades nacionais e regionais também prejudica o mercado de caju, afetando os pequenos produtores rurais. A crise de saúde pública provocada pela Covid-19 agravou ainda mais a situação, com a falta de apoio do governo regional para mitigar as dificuldades enfrentadas pela população rural, especialmente as trabalhadoras rurais.

A maioria das mulheres inseridas na atividade rural trabalha em condições precárias e não possui terras próprias para cultivo, o que contribui para a pobreza e a fome. O combate ao desemprego e à pobreza requer investimento público no setor de menor rendimento para garantir a subsistência da população mais carente, em vez de se concentrar apenas em cálculos lucrativos formais.

A desigualdade social é agravada pela falta de valorização da capacidade produtiva das mulheres e a ausência de mecanismos políticos necessários para investir em atividades femininas no meio rural, o que também aumenta a desigualdade social e dificulta o acesso aos meios de produção. O Estado guineense parece ignorar ou desvalorizar a importância das mulheres rurais, contribuindo para a informalidade e a falta de atenção especial a essa classe.

A falta de participação dos pequenos produtores rurais na definição dos preços agrícolas e a imposição unilateral e autoritária do Estado no estabelecimento dos

preços contribuem para a fragilidade financeira desses produtores, especialmente as mulheres rurais. É necessário que o Estado organize a economia nacional com foco nas necessidades sociais e estructure uma política específica para os pequenos produtores rurais, valorizando seu trabalho e proporcionando incentivos.

Em suma, é essencial reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres rurais para a economia e desenvolvimento social, e o Estado deve atuar de maneira mais efetiva para garantir seus direitos, melhorar suas condições de trabalho e promover um ambiente econômico mais justo e inclusivo.

Como sugestões para pesquisas futuras, é necessário analisar os impactos da falta de participação dos pequenos produtores rurais na definição dos preços agrícolas e a imposição unilateral do Estado, especialmente para as mulheres rurais, e propor estratégias para melhorar sua situação financeira. É preciso, ainda, investigar a relação entre a cultura da castanha de caju, a sustentabilidade agrícola e a segurança alimentar da população rural. Tais análises são importantes para garantir a inclusão social e econômica das mulheres, reduzindo a pobreza e empoderando-as. Além disso, a participação dos pequenos produtores rurais, notadamente mulheres, na definição dos preços agrícolas pode contribuir para a estabilidade econômica da Guiné-Bissau. Preços mais justos podem incentivar a produção agrícola e fortalecer o setor primário da economia.

REFERÊNCIAS

Agoa. **Guiné-Bissau: Cashew nuts a new hope for exports?** 2005. Disponível em: <<https://agoa.info/news/article/3681-guinea-bissau-cashew-nuts-new-hope-for-exports.html>>. Acesso em 7 Abr. 2023.

Amado, L. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. **Africa Studia**, n. 8, p. 109-135, 2005.

Andrade, S.L. **Relatórios anuais por país - Guiné-Bissau - 2019**, GW02. Disponível em: <<https://www.wfp.org/publications/annual-country-reports-guinea-bissau>>. Acesso em: 7 Abr. 2023.

Banco Mundial. Erradicar a pobreza extrema: Promover a prosperidade compartilhada. **Relatório Anual 2017**. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/e9e01ea4-bae6-5399-81fb-b410ad4812d5/content>>. Acesso em: 16 Jun. 2023.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2011.

INSTITUTO CAJU BRASIL. O agronegócio caju em números. *Boletim ICB*, n. 6, abril 2020. Disponível em: <https://cajubrasil.org/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-ICB_6.pdf>. Acesso em: 01 Ago. 2023.

Bongestabs, A. **A Proteção Social dos Trabalhadores Rurais na CPLP**. Departamento de Proteção Social (SOCPRO), Genebra, 2018. Disponível em: <<https://www.socialprotection.org/gimi/gess/ShowRessource.action?id=55380>>. Acesso em 09 Jun. 2023.

Bull, B.P. **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria**/Benjamim Pinto Bull.- Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), 1989.

Caetano, L.P. *et al.* A COVID-19 em Guiné-Bissau: Conjuntura econômica, social e política do país e a garantia dos direitos sociais. **Revista Simbio-Logias**, v. 12, n. 16, p. 142-157, 2020.

Camprendon, P., Henriques, A. De Barros, M. 2020. **Geração Nova de Tiniguena, uma escola para a vida!** Uma experiência de educação para o ambiente e cidadania na Guiné-Bissau. Tiniguena, Bissau. Acesso em 30 mai. 2021.

Candamio, L.V.; Calvo, N.; Novo-Corti, I. The role of public subsidies for efficiency and environmental adaptation of farming: A multi-layered business model based on functional foods and rural women. **Journal of Cleaner Production**, v. 183, 2018, p. 555-565.

Cardoso, M. **Guiné-Bissau: Trabalho infantil é quase institucionalizado**. 12/06/2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-trabalho-infantil-%C3%A9-quase-institucionalizado/a-53784415>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

Carvalho, M. A. **Política Externa da Guiné-Bissau: Face aos novos Paradigmas nas Relações Internacionais: Diplomacia e Cooperação Internacional / Apolinário Mendes de Carvalho**, IIª ed. - Gráfica: Enacep, Bissau-2015.

Cloutier, M. *et al.* **Social Contracts for Development: Bargaining, Contention, and Social Inclusion in Sub-Saharan Africa**. 2021. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/36777/9781464816628.pdf?sequence=1&>>. Acesso em: 7 Abr. 2023.

Commission on the Status of Women. **Challenges and opportunities in achieving gender equality and the empowerment of rural women and girls**. Disponível em: <https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2018/03/UNW_CSW62_Brochure_EN-WEB_Final.pdf>. Acesso em 7 Abr. 2023.

Crowley, E. L. **A economia informal da Guiné-Bissau e as suas contribuições para o desenvolvimento económico**. Uma análise para USAID/ Bissau, Bissau, USAID, 1993.

De Barros, M. **Guiné-Bissau e a Gestão comunitária de florestas como Oposição às pilhagens público-privadas. Biodiversidadla**, 2018. Disponível em: <http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Guine_Bissau_e_a_gestao_comunitaria_de_florestas_como_oposicao_as_pilhagens_publico-privadas>. Acesso em 26 Jun. 2023.

Denarp. **Guiné-Bissau: Segundo documento de estratégia nacional de redução da pobreza**, 2011. Disponível em: <<https://guinea-bissau.unfpa.org/pt/publications/denarp-ii-2011-2015>>. Acesso em: 16 Jun. 2023.

Departamento do Trabalho dos EUA. **Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2021 Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/ILAB/child_labor_reports/tda2021/GuineaBissau_Portuguese.pdf>. Acesso em: 08 Jun. 2023.

Djau, M.A. **A Guiné-Bissau em face do processo de integração econômica e monetária na África ocidental: contemplando a integração regional como instrumento de promoção do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**, 2019.

FAO. **FAO Statistical Yearbook 2021 - World Food and Agriculture**. 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/fao-statistical-yearbook-2021-world-food-and-agriculture?gclid=CjwKCAjw-vmkBhBMEiwAlrMeFwXEEk4W6Dd-xQCdJM5h6uEKyOPz7Fhcr59bLIXmpf22m__rUU8CqxoCrCoQAvD_BwE>. Acesso em: 30 Jun. 2023.

França, M. **Caju da Guiné-Bissau: Potencialidades e Entraves**. TIPS-Trade and Investment Promotion Support Project (Versão em Português). (Polo de Comercio e Investimento). INEP, 1994.

Giddens, A. **Sociologia**. 6. ed. Tradução Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOMES, P. As Mulheres do setor informal: uma Experiência da Guiné-Bissau. **Jornal Kansaré**, 2006. Disponível em: <<http://www.cisa-as.uevora.pt/download/EncontrosEmpreendedorismo/Artigo%20de%20Patricia%20Gomes.pdf>>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

Jaka, H.; Shava, H. Meios de vida resilientes das mulheres rurais para o alívio da pobreza e empoderamento econômico nas regiões semi-áridas do Zimbábue. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.ez35.periodicos.capes.gov.br/pmc/articles/PMC6191674/>. Acesso em 30 mai. 2023.

Land Portal. **Insegurança alimentar na Guiné-Bissau aumentou 3,6% em 2019**. 12/02/2020. Disponível em: <<https://landportal.org/es/node/89749>>. Acesso em: 08 Jun. 2023.

Lopes, C. **Golpes de Estado na África Ocidental**: "Há um retrocesso nos ganhos democráticos". 2022. Disponível em: <<https://www.africacheetah.run/articles/golpes-de-estado-na-africa-ocidental-ha-um-retrocesso-nos-ganhos-democraticos-2/>>. Acesso em 09 Jun. 2023.

Lynn, S.; Jaeger, P. Estudo do Desenvolvimento do setor do caju da Guiné-Bissau. Projeto de reabilitação e desenvolvimento do setor privado da Guiné-Bissau. INEP. 2004.

Maliszewski, E. Brasil está entre os dez maiores produtores de caju do mundo. **Tocantins Rural**. 22/09/2020. Disponível em: <<http://tocantinsrural.com.br/noticia/brasil-esta-entre-os-dez-maiores-produtores-de-caju-do-mundo>>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

Marassiro, M. J.; Oliveira, M. L. R; Pereira, G. P. Agricultura familiar em Moçambique: Características e desafios. **Research Society and Development**, v. 10, n. 6, p. 1-10 , 2021.

Mihyo, P. *et al.* Gender and social inclusion in the cashew nut value chain: The role of women and youth in agro processing in Tanzania. **Eastern África Social Science Research Review**, v. 35, n. 1, p. 29-64, 2019.

Monteiro, A. O. C. Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do estado nacional. **Por Dentro da África**, 22/10/2014. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/guine-bissau-da-luta-armada-construcao-estado-nacional>>. Acesso em: 26 Jun. 2023.

MSE/JH. **Há fome na Guiné-Bissau porque castanha de caju não está a ser comercializada**. 2022. Disponível em:

<<https://visao.pt/atualidade/mundo/2023-05-30-ha-fome-na-guine-bissau-porque-castanha-de-caju-nao-esta-a-ser-comercializada/>>. Acesso em: 08 Jun. 2023.

Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Guiné-Bissau**. 2020. Disponível em: <<https://guineabissau.un.org/pt/>>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

Namone, D. A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: Etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional. 2014. 120p. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2014.

Narajo, J. Pandemia e pobreza, o duplo desafio aterrador da África. **El País**, 04/04/2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-04/pandemia-e-pobreza-o-duplo-desafio-aterrador-da-africa.html>>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

Oliveira, R. A. S. Poesia e Revolução: A formação literária na Guiné-Bissau, 101 f. **Dissertação** (Mestrado em Literatura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Pierre, J. F.; Mizuguchi, N. G. R. **Agricultura familiar em petite Revière de Bayonais**, Guarujá, SP: Científica Digital, 2021.

P&D Factor. **Trabalhar com as meninas e mulheres é um investimento no desenvolvimento sustentável do país**. 2020. Disponível em: <https://popdesenvolvimento.org/entrevistas/851-existe-maior-vulnerabilidade-violencia-discriminacoes-essencial-instituicao-mecanismos-seguimento-alerta-protecao-2.html>. Acesso em: 18 Jun. 2023.

Rosa, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

Santos, B. S. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

Sanyang, S. E.; Kuyateh, E. Cashew production as livelihood improvement to small-holder producers in north bank region of the Gambia. **Asian Journal of Agricultural Extension, Economics & Sociology**, v. 28, n. 1, p. 1-7, 2018.

Semedo, J. R. O estado da Guiné-Bissau e os desafios Político-institucionais: Tensões Mundiais. **Revista do Observatório das Nacionalidades**, v.7, n.13, p. 95-136, 2011.

Silva, T. R. R. Rabidância e o imbricamento entre comércio formal e informal: Notas sobre uma tensão persistente. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 3, n. 6, p. 104-116, 2020.

Silva, Y. N. Guinea-Bissau: Where land rights are not secure for women. **African Arguments**, 29/10/2021. Disponível em: <<https://africanarguments.org/2021/10/guinea-bissau-where-land-rights-are-not-secure-for-women/>>. Acesso em: 30 Jun. 2023.

United Nations. **Building back better starts now**. COVID-19 socio economic impact analysis for Guinea-Bissau. 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/africa/Guinea_Bissau_SocioEconomicImpact_UN.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

World Bank. **Guiné Bissau**: Para além de Castanha de Caju: Diversificação através do comércio, 2010. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/fr/314531468034873380/pdf/595620ESW0PORT1Main0Report01PUBLIC1.pdf>>. Acesso em: 01 Ago. 2023.

**APÊNDICE A - Roteiro de entrevista sobre a característica geral dos
trabalhadores rurais da castanha de caju da região de Biombo**

1. Nome completo
2. Idade
3. Local de residência atual
4. Estado civil
 - () casada
 - () viúva
 - () divorciada
 - () separada
 - () solteira
 - () em união estável
5. Número de filhos:
(Se tiver respondido que não tem filhos, ir para a pergunta 9)
6. Responsável pelo cuidado com os filhos em relação à alimentação:
 - () pai
 - () mãe
 - () ambos
 - () outro. Quem? _____
7. Responsável pelo cuidado com os filhos em relação à saúde:
 - () pai
 - () mãe
 - () ambos
 - () outro. Quem? _____
8. Responsável pelo cuidado com os filhos em relação à educação:
 - () pai
 - () mãe
 - () ambos
 - () outro. Quem? _____
9. Grau de escolaridade:
 - () Ensino primário incompleto
 - () Ensino primário completo
 - () Ensino secundário incompleto
 - () Ensino secundário completo
 - () ensino complementar incompleto
 - () ensino complementar completo
 - () nunca frequentou a escola (Se for esta a resposta, perguntar por que)
10. Possui seguro de saúde? Se responder não, por quê?
11. A quais desses serviços de saúde possui acesso?

- ☐ hospital
- ☐ posto de saúde
- ☐ clínica
- ☐ outro. Qual? _____

12. O serviço de saúde que possui acesso é:

- ☐ comunitário
- ☐ público
- ☐ privado

13. Atuação profissional

- ☐ Trabalhador formal rural
- ☐ trabalhador informal rural

14. Posse de terra

- ☐ Terra para agricultura
- ☐ sem-terra para agricultura

Por quê? _____

15. Com quantos anos começou a trabalhar?

16. Com quantos anos começou a trabalhar no setor da castanha de caju?

17. Você trabalha no setor de caju como:

- ☐ Proprietário
- ☐ horta alugada
- ☐ trabalhador pago
- ☐ voluntário? Se for esta a resposta, perguntar: Como funciona o trabalho pago/voluntário?

18. Como você recebe? Por dia trabalhado ou pelo kg do produto? Você está satisfeito com o valor que recebe? Consegue pagar suas despesas pessoais e familiares?

19. Qual é a sua participação no trabalho da castanha de caju? Por quê?

20. Quem participa na colheita da castanha de caju? Por quê?

21. Quem é o principal responsável pela administração da castanha/colheita? Por quê?

22. Quem é o principal responsável pela negociação da castanha após a colheita? Por quê?

23. Qual é a sua participação no processo de negociação da castanha? Como você participa na negociação ou gestão da castanha? Por quê?

24. Quantas horas trabalha por dia na produção da castanha de caju?

25. Que horas acorda para trabalhar?

26. Qual é a sua participação na produção da castanha de caju?
() somente no período da campanha. Por quê?
() depois do período da campanha. Por quê?
() outro. Qual? _____ Por quê?
27. O que você faz com a castanha de caju que planta?
() Mancurcur (sumo de caju)
() lenha
() outro. O quê? _____
28. Como você se sente com o trabalho que realiza com a cultura da castanha de caju? Por quê?
29. Como avalia o trabalho da castanha de caju para sua vida e da sua família? Por quê?
30. Qual seu objetivo de trabalhar no setor de caju?
31. Qual é o rendimento anual da cultura de castanha de caju na qual trabalha em toneladas?
32. Você está satisfeita com o rendimento anual da sua produção? Por quê?
33. Você está satisfeita com o preço da castanha de caju? Por quê?
34. Você participa da negociação do preço da castanha? Por quê?
35. Onde e como você vende a sua castanha de caju?
36. Para quem vende ou compra sua castanha?
37. Quais meios/procedimentos utiliza para processar sua castanha? Como funciona?
38. Gostaria de acrescentar alguma coisa?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista sobre os efeitos do estado de emergência

1. Quais medidas foram adotadas pelos governantes durante a pandemia de Covid-19?
2. Essas medidas tiveram algum efeito/influência sobre a atividade da castanha de caju? Se sim, qual (is)?
3. Essas medidas influenciaram em sua vida familiar, social e profissional? Se sim, como?
4. Essas medidas influenciaram na vida da comunidade? Se sim, como?
5. Você ficou satisfeito com as medidas adotadas pelas autoridades governamentais durante a pandemia? Por quê?
6. Como você avalia as consequências das medidas adotadas pelas autoridades governamentais para o país?
7. Você recebeu algum tipo de apoio do governo durante a pandemia? Se sim, qual? Se não, por quê?
8. Quais as principais dificuldades que enfrentou na produção da castanha de caju durante a pandemia?
9. Quais as estratégias que adotou para sobreviver financeiramente durante a pandemia?
10. O Estado apoiou os trabalhadores rurais durante a pandemia? Se sim, como? Se não, por quê?
11. Gostaria de acrescentar alguma coisa?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com as autoridades estatais

- 1.Nome: _____
2. Atuação profissional: _____
3. Cargo atual: _____
4. Qual é a contribuição da castanha de caju para a Guiné-Bissau em termos sociais e econômicos?
5. Em sua opinião, a castanha de caju é o principal produto na economia nacional? Por quê?
6. Como a Guiné-Bissau comercializa a castanha de caju? Por quê?
7. Qual é a estratégia/política nacional do governo para o setor da castanha de caju?
- 8.Quem é o responsável pela compra da castanha?
- 9.Quem é responsável pela fixação do preço?
- 10.Os pequenos produtores participam na negociação do preço da castanha? Se sim, como? Se não, por quê?
11. Como é o funcionamento do comércio e da exportação da castanha na Guiné-Bissau?
12. Qual é a relação em termos de rendimento entre o Estado, empresários, intermediários e pequenos produtores?
13. Qual setor é o principal beneficiado em termos do lucro da castanha de caju? Em sua opinião, isso está correto ou é preciso mudar?
14. Qual setor é o principal prejudicado em termos do lucro da castanha de caju? Em sua opinião, isso está correto ou é preciso mudar?
- 15.Existe uma política do governo para os pequenos produtores? Se sim, qual?
16. Qual(is) foi(ram) a(s) estratégia(s) adotada(s) pelo governo durante a pandemia para os pequenos produtores da castanha de caju?
17. O governo forneceu algum tipo de apoio para os pequenos produtores rurais durante a pandemia, incluindo do setor de caju? Se sim, qual?
18. Gostaria de acrescentar alguma coisa?